



Caio Dias Alves

DRE 112215036

**A “INVENÇÃO” DE UM PATRIMÔNIO: o Panteão dos Inconfidentes e a construção
da memória histórica na imprensa (1936-1944)**

Rio de Janeiro

Julho/2018

A “INVENÇÃO” DE UM PATRIMÔNIO: o Panteão dos Inconfidentes e a construção da memória histórica na imprensa (1936-1944)

Caio Dias Alves

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Aparecida Rezende Mota

Rio de Janeiro

Julho/2018

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer à minha família, especialmente aos meus pais, Luciano e Solange pelo apoio incondicional à minha formação acadêmica, apesar de todas as dificuldades, e ao meu irmão Lucas pelas discussões e companheirismo.

Aos meus amigos, por estarem sempre comigo em todos os momentos. Agradeço em especial aos amigos que fiz na graduação, Ana Carolina Oliveira Alves, Henrique Dias Sobral e Thiago Figueiredo Martins, pela revisão do texto e comentários, que sem dúvida, contribuíram para o amadurecimento da minha pesquisa. A Luiz Felipe dos Santos Alves, pela irmandade ao longo da graduação.

A minha orientadora, Maria Aparecida Rezende Mota, Cida Mota, uma das minhas referências como professora e pesquisadora que tive o prazer de conhecer no Instituto de História (IH-UFRJ). Agradeço enormemente pela paciência, por ser um divisor de águas em minha formação acadêmica.

E, por fim, agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que mesmo com seus inúmeros problemas foi essencial no meu processo de formação acadêmica e pessoal.

Resumo

ALVES, Caio Dias. **A “invenção” de um patrimônio:** o Panteão dos Inconfidentes e a construção da memória histórica na imprensa (1936-1944). Rio de Janeiro, 2018. Monografia (Curso de Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

O presente trabalho tem como objetivo discutir o processo oficial de repatriamento das cinzas e ossadas dos Inconfidentes mortos no degredo em África, a partir do exame de notícias e artigos veiculados na imprensa da época. Esse processo foi iniciado oficialmente, em 1936, pelo primeiro governo de Getúlio Vargas e consolidado com a inauguração do Museu da Inconfidência, em 1944. Vargas mobilizou de forma intensa a memória e a história do episódio, por meio de práticas de patrimonialização que procuraram cristalizar eventos e personagens, como instrumentos políticos para a legitimação de seu projeto de unificação nacional. Neste sentido trata-se de explorar as representações da Inconfidência Mineira e sua consequente materialização no período em questão, no contexto de invenção do Patrimônio Histórico Nacional.

Palavras-chave: Inconfidência Mineira; Governo Vargas; memória; história; patrimônio.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – A construção política da memória da Inconfidência Mineira na imprensa	5
A memória como objeto de disputas.....	5
A memória da Inconfidência Mineira e projetos de nação.....	6
O papel da imprensa na criação do consenso.....	15
O enquadramento da memória em torno de cinzas e ossadas.....	22
CAPÍTULO II – Cinzas e ossadas como testemunhos da “nacionalidade brasileira”	25
O repatriamento como mecanismo de reavivamento da memória.....	25
O processo de panteonização: de conspiradores a heróis nacionais.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
Fontes.....	45
Referências bibliográficas.....	45

INTRODUÇÃO

A bordo do navio brasileiro *Bagé*, para um regresso após aproximadamente dois séculos, os brasileiros no exílio voltavam, em 1936, à sua terra natal. Outrora condenados pela opressão da Coroa Portuguesa, regressavam ao Brasil com o *status* de heróis nacionais. Assim, em uma espécie de romaria cívica, os restos mortais dos Inconfidentes chegam ao Rio de Janeiro¹. Eles tinham desaparecido, em sua maioria, em finais do século XVIII, mas estavam vivos na memória nacional. Caberia, dessa forma, à cidade de Ouro Preto, palco da Inconfidência Mineira, acolher seus restos mortais pela edificação de um lugar de memória à altura do papel atribuído aos Inconfidentes na formação da Nação.

Nos anos 1930, período no qual a ideia da existência de um patrimônio histórico nacional ganha corpo, a antiga Vila Rica, capital da Província de Minas Gerais recebe o título de Patrimônio Estadual, em 1933, e é elevada a Monumento Nacional em 1938. Os círculos intelectuais passaram a valorizar o passado colonial brasileiro, sobretudo o século XVIII. Assim, a cidade de Ouro Preto², em razão de suas características artísticas e históricas passou a ser valorizada como testemunha e monumento da História por parte da intelectualidade mineira, brasileira e pelo próprio Estado Nacional.

Na política nacional, destacava-se o governo de Getúlio Vargas como uma conjuntura histórica marcada pela mobilização intensa de símbolos e rituais que pudessem conferir legitimidade a um governo que não havia sido eleito democraticamente: o Estado Novo (1937-1945), com a centralização do poder e sua personificação na imagem pessoal do governante. Preocupado com a consolidação de um projeto nacional, para o qual necessitava do amplo apoio das massas, Vargas promoveu festividades cívicas, assim como espaços para o culto de personagens e de acontecimentos históricos, de modo a exibir a “grandiosidade da Pátria e de seu líder”. Assim, a repatriação dos restos mortais dos Inconfidentes constituía-se em um desdobramento desse projeto. Neste sentido, a iniciativa foi discutida nos espaços ocupados por intelectuais, especialmente entre a elite letrada mineira, e iniciado de forma oficial com a assinatura, pelo Presidente, do Decreto nº 756-A, de 21 de Abril de 1936, consolidando-se com a inauguração do Museu da Inconfidência em 1944, na antiga Casa de

¹ As urnas contendo os despojos repatriados da África foram atribuídas a 13 inconfidentes: José Alvares Maciel, Francisco de Paula Freire de Andrade, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Luiz Vaz de Toledo Pisa, Domingos de Abreu Vieira, Tomas Antônio Gonzaga, Salvador do Amaral Gurgel, José Aires Gomes, Antônio Oliveira Lopes, Vicente Vieira da Mota, João da Costa Rodrigues e Vitoriano Gonçalves Veloso. Cf. Anuário do Museu da Inconfidência. Ministério da Educação e da Saúde. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1952.p.4.

² A cidade de Ouro Preto reconhecida nacional e internacionalmente em função de suas características artísticas e históricas, hoje Patrimônio Mundial, *status* concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1980.

Câmara e Cadeia de Vila Rica³. Esse prédio, localizado em um espaço central e privilegiado da cidade de Ouro Preto, foi reformado para receber as ossadas e cinzas dos Inconfidentes, e transformado em Museu. Os despojos que se encontravam em África, foram alvo, portanto, de um investimento simbólico adequado aos interesses de um conjunto de atores sociais.

O objetivo deste trabalho é examinar o papel da imprensa nesse processo, desde a assinatura do decreto oficializando o processo de repatriamento dos despojos até a sua panteonização e conseqüente criação do Museu da Inconfidência. A imprensa, dessa forma, é responsável por noticiar as informações referentes ao regresso dos Inconfidentes ao país, e principalmente à região de Minas Gerais, voltando em circunstâncias completamente distintas às do final do século XVIII.

A imprensa constitui, portanto, um espaço privilegiado para o pesquisador interessado em observar a circulação dessas informações. A partir desse ponto de vista, analisaremos três periódicos: dois da capital federal, o Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, e um da capital mineira, Belo Horizonte, o *Estado de Minas*. Esses jornais foram escolhidos em função de sua relevância nacional no período; pela facilidade de acesso, considerando-se as limitações de tempo em uma pesquisa para o Curso de Graduação; e pela relevância em relação à temática da pesquisa. Um de nossos objetivos é compreender como a mobilização em torno da repatriação dos despojos e a elaboração de uma memória positiva dos Inconfidentes foi interpretada pela imprensa e utilizada pelo Governo como instrumento político. Destacamos o papel da imprensa neste trabalho, sobretudo, no tocante aos interesses dos agentes que a constituem. Neste sentido, compreender tais disputas é importante para uma reflexão sobre o processo de repatriamento dos restos mortais dos Inconfidentes e a conseqüente materialização de certa perspectiva sobre a Inconfidência Mineira.

O presente trabalho se justifica, portanto, pela contribuição que pretende dar aos estudos voltados para a elaboração de uma memória nacional, especialmente nos campos do patrimônio, da história e da museologia. É interessante compreender os impactos dos projetos políticos memorialistas e patrimoniais do Estado, em uma década, como a de 1930-40, de “invenção” do patrimônio nacional e da nacionalidade. O impacto social desses processos,

³ A Casa de Câmara e Cadeia, edificada em 1785, constitui-se em um dos mais notáveis exemplares da arquitetura civil colonial portuguesa. A construção do edifício implicou a reconstrução de todo o largo no qual se situa, para garantir “ao monumento um espaço condizente a sua monumentalidade”. Em 1863, a Câmara é transferida para outro imóvel na Praça Tiradentes, tornando-se somente Cadeia. O prédio é transformado em Penitenciária Estadual pelas autoridades em 1907, doado para a União pelo Estado somente em 1938. O IPHAN a partir de 1940 realizou obras de restauração e adaptação do prédio para receber os restos mortais dos inconfidentes que se encontravam em África, inaugurando o Panteão dos Inconfidentes em 1942, posteriormente, Museu da Inconfidência, em 1944. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1387> Acesso em: 12 jun. 2018.

como a repatriação dos despojos de Inconfidentes mortos no exílio, conforme, especificamente, a imprensa da época, tem sido pouco analisado. Os trabalhos sobre o tema têm sido desenvolvidos em outros campos, como o da museologia, ou o do turismo e da educação; cabe, em nossa opinião, ao historiador, aprofundar pesquisas que articulem políticas de memória e seus significados políticos em diversas conjunturas.

Mobilizaremos, neste trabalho, discussões sobre identidade nacional, memória, história e patrimônio. Procuraremos dessa forma, contribuir para as discussões em torno dessas temáticas no campo historiográfico. A formalização de práticas de preservação e difusão da memória institucional é cada vez mais comum na sociedade contemporânea, acentuada a partir do século XIX com a formação e consolidação do Estado Nacional. Nesse sentido, foram criados diversos instrumentos institucionais para a representação do passado. A memória histórica dessa forma torna-se fonte de legitimação das nacionalidades em constante invenção e (re)invenção.

No primeiro capítulo “A construção política da memória da Inconfidência Mineira na imprensa” discutiremos algumas contribuições de teóricos que discutem conceitos, como memória, história e nação, tendo como pano de fundo as questões decorrentes da invenção do patrimônio histórico nacional ao longo do primeiro governo Vargas. No segundo capítulo, “Cinzas e ossadas como testemunhos da ‘nacionalidade brasileira’”, examinaremos o processo de repatriamento dos despojos dos Inconfidentes localizados em África conforme noticiado pela imprensa da época. Procuraremos destacar a forma com a qual a Inconfidência Mineira e a sua materialização foi tratada nos periódicos. A narrativa da História era uma preocupação recorrente do governo Vargas, assim de parte da intelectualidade brasileira do período. Nesse sentido, o exame do passado remoto orientou a ideia de conservar e proteger certos espaços e monumentos históricos, ao estabelecer certos lugares de memória⁴ recuperados do passado ou inventados no presente, para que fosse possível elaborar a ideia e o sentimento de pertencimento a uma coletividade, a nação.

Assim, conforme assinalam Eric Hobsbawm e Terence Ranger, “sempre que possível tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado”⁵. Nesta perspectiva, a invenção de uma identidade nacional, mesmo que de maneira artificial, é aceita somente a partir de uma negociação constante com o conjunto da sociedade. Um memorial em um espaço público, ou a criação de determinados lugares de memória são atos políticos, ou

⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

⁵ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 8.

seja, esses espaços acabam por representar não exatamente os mortos ou acontecimentos que se quer celebrar, mas, aqueles indivíduos e/ou grupos políticos que idealizaram tais lugares e que deles se apropriaram. É preciso, portanto, observar que personagens e acontecimentos do passado foram selecionados para que determinadas edificações e sítios fossem considerados “monumentos históricos” e, assim, protegidos e preservados. Afonso Carlos Marques dos Santos afirma que

as intenções de preservação e a própria noção de patrimônio têm historicidade e que a dimensão histórica é ponto de partida para a compreensão do fenômeno, o que nos leva a pensar que se memória e história são formas radicalmente distintas de abordar o passado, por sua vez, a memória, nas suas múltiplas construções (individuais ou coletivas, públicas ou privadas), constitui matéria-prima para a análise crítica do historiador.⁶

A noção de patrimônio, desde o final do século XVIII, articula-se diretamente à elaboração de identidades coletivas. Dessa forma os discursos e as práticas voltados para o patrimônio cultural emergem nas sociedades modernas, “florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de ‘identidades’ e ‘memórias’, sejam de sociedades nacionais, sejam de grupos étnicos, ou de outras coletividades”⁷. No Brasil, esse discurso alcançou relevância nos anos 1930-40, em razão, sobretudo, das políticas empreendidas pelo governo federal. Neste sentido, procurei neste trabalho problematizar a valorização de certa memória histórica – a da Inconfidência Mineira – no contexto de institucionalização das ações de conservação e de criação do patrimônio nacional.

⁶ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória, História e Patrimônio Cultural: notas para um debate. In: *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p.121.

⁷ GONÇALVES, José. R. S. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Coleção Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.p.41.

CAPÍTULO I – A construção política da memória da Inconfidência Mineira na imprensa

A memória como objeto de disputas

A formalização de práticas de preservação e difusão da memória institucional é cada vez mais comum na sociedade contemporânea, acentuada a partir do século XIX com a formação e consolidação dos Estados Nacionais⁸. Neste sentido, foram criados diversos instrumentos institucionais para a representação do passado. A memória histórica torna-se fonte de legitimação das nacionalidades em constante elaboração. No Brasil, ao longo do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), principalmente no Estado Novo (1937-1945) foram mobilizados diversos elementos para criar determinadas memória e história sobre o passado brasileiro, buscando legitimar o projeto governamental do presente.

A história e a memória desempenham dessa maneira a mesma função: representar o passado. No entanto, existe um distanciamento entre história e memória, devido à velocidade das transformações características da modernidade. De acordo com Pierre Nora, a história e a memória manifestam formas distintas de abordar o passado; a memória, nas suas múltiplas produções (individuais ou coletivas, públicas ou privadas), constitui matéria-prima para a análise do historiador. A memória, estabelecendo a lembrança no sagrado, sacraliza-o ao passo que a história “operação intelectual e laicizante, exige uma análise e discurso crítico”. A relação afetiva que a memória estabelece com o passado cria as bases para o seu culto materializado nos monumentos, o que proporciona a Pierre Nora sugerir que a memória “se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto”⁹. Desse modo, a memória histórica relaciona-se especialmente à memória nacional, cabendo ao profissional da história dar sentido ou legitimidade à memória de um determinado grupo, integrando-a à história oficial.

Assim podemos afirmar que a memória é um ato de construção identitária (individual ou grupal), marcado por diversas disputas políticas e sociais. De acordo com Michael Pollack, a memória mantém um quadro de referenciais comuns a determinados grupos e, portanto, auxilia na manutenção de sua coesão¹⁰. Dessa forma, exerce uma função de coesão social, muitas vezes mobilizada por determinados grupos políticos para alcançar certos interesses. A memória pode ser construída por um grupo como garantia de sobrevivência, mobilizada muitas vezes pelo Estado, ou por grupos dominantes como emissoras de televisão, jornais,

⁸ CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

¹⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 9.

igrejas, entre outros. De acordo com Fernando Catroga, a memória oficial, a memória dominante, divulgada pelo grupo majoritário que detém o poder, pode ser percebida como uma memória forte, devido aos elementos que a legitimam e evitam o seu esquecimento¹¹.

A memória histórica, nesta perspectiva, surge como um produto artificial com uma linguagem prosaica e ensinável, elaborada e difundida por um grupo específico como garantia de sobrevivência. É importante destacar que a memória histórica está estritamente vinculada à invenção de identidades nacionais, sobrevivendo à base do consenso¹².

Refletindo sobre a ideia de nação convém destacar as reflexões de Benedict Anderson, em *Comunidades imaginadas*, obra de referência para compreender a questão nacional. Anderson define a nação como uma comunidade imaginada, pois os indivíduos que a compõem imaginam compartilhar uma identidade comum constituída a partir da imaginação coletiva, identificando, ainda, nas raízes culturais e na memória os elementos de formação de uma identidade nacional¹³. Neste sentido é indispensável destacar também, a obra de referência de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *A invenção das tradições*, na qual argumentam que muitas vezes as tradições são inventadas por elites nacionais para justificar a existência e importância de suas respectivas nações. Dessa maneira, “sempre que possível tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”¹⁴. Portanto, a tradição é caracterizada como o conjunto de normas estabelecidas pela repetição e a definição de uma continuidade em relação a determinado passado. Nesta perspectiva, a construção da identidade nacional, mesmo que inventada de maneira artificial, é estabelecida somente a partir de uma negociação constante com o conjunto da sociedade.

A estruturação da memória, portanto, mesmo que artificial, não é concebida sobre um vazio; sobretudo a memória histórica, desenvolvida por meio de negociações com a sociedade civil. Neste sentido, a memória histórica articula-se à memória coletiva, disseminada predominantemente pela transmissão oral e repetitiva, apropriada e modificada por determinados grupos transformando-se em um produto artificial dotado de linguagem prosaica e transmissível.

A memória da Inconfidência Mineira e projetos de nação

¹¹ CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

¹² *Idem*.

¹³ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁴ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). *A invenção das tradições, op. cit.*, p. 8.

A mobilização da memória histórica sobre a Inconfidência Mineira está presente em várias etapas da história brasileira, assumindo diferentes características de acordo com o regime político, ou com o governo no comando do país. Dessa maneira, a imagem de Tiradentes e da insurreição de 1789 é idealizada sobre os fundamentos de determinada concepção de nação e/ou de cultura política mineira. Na década de 1930 essa memória histórica foi materializada de forma intensa por meio de políticas governamentais.

A imagem predominante dos revoltosos de Vila Rica, ao longo do regime monárquico, esteve associada à traição à monarquia. Com o tempo e as mudanças de regime político, o movimento foi perdendo o seu caráter negativo, principalmente a imagem de Tiradentes. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho em *A formação das almas*, a memória da Inconfidência no final do século XIX era viva na memória popular. Os republicanos atribuíram e propagaram um novo significado para a Inconfidência Mineira – ao invés de traição, luta contra a tirania – e o incorporaram ao seu discurso, sobretudo ao exaltar a figura de Tiradentes na história brasileira¹⁵. A memória da rebelião de 1789 foi ganhando força ao lado dos ideais republicanos. Desse modo, os republicanos produziram uma determinada memória histórica que atendessem às suas demandas por legitimação pública e que contribuísse para o novo regime político estabelecido a partir da queda do Regime Monárquico no Brasil.

A disputa em torno de diferentes interpretações acerca desse movimento pode ser percebida também em relação à terminologia. Entre o final do século XVIII e a Independência do Brasil em 1822, a versão da metrópole portuguesa sobre o movimento prevaleceu, pois o próprio substantivo “inconfidência”, que quer dizer infidelidade, traição, desobediência, foi atribuído pelas autoridades lusitanas que o reprimiram. O termo “conjuração”, no entanto, empregado atualmente pelos setores oficiais de divulgação da memória nacional, refere-se, mais propriamente, à rebelião ou conspiração contra as autoridades ou governantes estabelecidos. A utilização da expressão Conjuração Mineira objetiva, assim, ressaltar o caráter de revolta e conspiração de um grupo formado por letrados, clérigos e proprietários de terras e de escravos, contra o governo português do período. A expressão ganhou força a partir da segunda metade do século XIX, por meio da narrativa de estudiosos vinculados principalmente ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Neste trabalho, entretanto, adotaremos o termo Inconfidência Mineira, por compreender que seu caráter negativo foi perdendo o sentido original, sendo empregado por historiadores para denominar um entre tantos outros movimentos de oposição ao domínio colonial português. Além disto,

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

não é o objetivo deste trabalho examinar a Conjuração de 1789 em si, mas sim a sua apropriação, pelo governo Vargas, e como essa apropriação implicou tanto uma dimensão simbólica, como uma dimensão material.

Desse ponto de vista somente a República teria produzido mudanças significativas na memória histórica sobre a conspiração mineira e a imagem de Tiradentes, alçado a herói nacional. O novo regime buscou ressaltar o suposto caráter libertário, patriótico, e o sacrifício dos indivíduos que integraram o movimento e que lutaram em prol de um bem comum. Neste sentido, os republicanos de 1889 colocaram-se como herdeiros “legítimos” dos ideais de 1789. A construção de uma memória positiva e a apropriação da Inconfidência Mineira como exemplo de abnegação e patriotismo não foi diferente com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em diferentes períodos do primeiro governo, desde o Governo Provisório ao estabelecimento do Estado Novo, em novembro de 1937. O nacionalismo associado ao movimento mineiro passa, neste sentido, a ser incorporado aos discursos governamentais divulgados pelo Presidente e seu governo, como forma de justificar as suas realizações, uma vez que o nacionalismo, àquela altura, constituía uma das bases da política governamental. Vargas, com esse objetivo, mobilizou uma série de rituais e símbolos nacionais para consolidar determinado projeto político fundamentado na valorização do trabalho e na construção do “homem novo”, em conformidade com os ideais do regime. Ao projetar um “novo” Estado e uma “nova” Nação, o poder necessariamente se volta para o passado, em busca de laços que o unam ao presente. De acordo com Ângela Maria de Castro Gomes¹⁶, esse novo estado não poderia ser estabelecido sem determinar sua origem:

Um novo princípio não se faz sem história, pois o traçado da origem é também uma volta para o passado. Por isso, construir um novo modelo de Estado é também reescrever a história do país, é debruçar-se sobre o passado naquele sentido mais profundo em que ele significa tradição e suspensão/permanência do tempo. Projetar o futuro é escrever o que deve acontecer através daquilo que já aconteceu. O presente é um ponto de interseção em que a história é construída pela seleção da presença do passado no futuro.¹⁷

Do mesmo modo, o nacionalismo constituiu um dos elementos essenciais do projeto ideológico varguista. A história e a memória, como representações do passado no campo do imaginário, constituem-se como uma fonte de legitimação das nacionalidades em constante elaboração e de distintos projetos nacionalistas.

¹⁶ O capítulo “O redescobrimento do Brasil”, mobilizado neste trabalho, inicialmente lançado em *O Estado Novo: ideologia e poder*, também foi publicado em *A invenção do Trabalhismo*. É importante perceber que este se diferencia daquele em razão do amadurecimento das ideias da historiadora publicadas em 1982, em *O Estado novo*. No entanto, ambos são importantes para compreender a estruturação do Estado Novo.

¹⁷ GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 111.

Nessa mesma linha de raciocínio, de acordo com Thais Nívia de Lima e Fonseca, em sua Tese de Doutorado, *Da infâmia ao Altar da Pátria*¹⁸,

[...] as representações da Inconfidência Mineira e, mais acentuadamente de Tiradentes, têm sobrevivido no imaginário, demonstrando ter fôlego suficiente para serem apropriadas com razoável diversidade ao longo de pouco mais de cem anos. Sua força e sua eficácia advêm, além destas bases, de uma eficiente e sistemática política de valorização da memória e da institucionalização da comemoração cívica, realizadas entre 1930 e 1960, sob os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek.¹⁹

A memória histórica da Inconfidência sofreu, portanto, múltiplas apropriações. Sua força, de acordo com Fonseca, se mantém, desde sua apropriação pelos republicanos, ao final do século XIX, passando pelos governos de Vargas e de Kubitschek, até os dias atuais. Trata-se de um processo múltiplo, estruturado há mais de um século sem mudanças aparentes, mobilizado como instrumento político. Nesta perspectiva, a produção dessa memória nacional “assenta-se sobre a construção histórica que privilegia o passado glorioso, origem das grandezas do presente, e de todos os elementos, humanos ou materiais, que o conformam”²⁰. A manipulação da narrativa sobre a Inconfidência Mineira se edificou, portanto, sobre um imaginário político pré-estabelecido, constituindo-se em um instrumento discursivo de legitimação política, mobilizado por diferentes grupos políticos e governos.

Ao examinar estudos que discutem a apropriação do passado para a invenção de identidades coletivas, ou de movimentos de afirmação de uma cultura nacional, cabe destacar, para os objetivos de nossa pesquisa, as reflexões de Márcia Regina Romeiro Chuva, em torno da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). De acordo com ela, “as representações acerca de um Brasil heroico, identificado com o Brasil colonial – o Brasil das bandeiras e das minas –, conquistaram o domínio sobre a expressão da modernidade, tão disputada na década de 1930”²¹. O passado colonial passa a ser recuperado e valorizado por grande parte da intelectualidade brasileira, processo iniciado nos anos 1920, com as propostas estéticas e literárias do Modernismo. A construção da nacionalidade brasileira passa ser associada à tradição e à modernidade, noções fundadoras das ações do Estado, principalmente daquelas voltadas à proteção do patrimônio histórico e artístico. Os “arquitetos da memória”, preocupados com a preservação do patrimônio nacional que

¹⁸ Agradeço à professora e historiadora Thais Nívia de Lima e Fonseca pela gentileza de enviar sua Tese de Doutorado, texto-chave para a compreensão da apropriação do movimento de 1789.

¹⁹ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Da infâmia ao Altar da Pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 328.

²⁰ *Ibid.*, p. 10.

²¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. p. 101-102.

organizaram o SPHAN e atuantes nas discussões em torno da preservação do patrimônio nacional, principalmente os arquitetos modernistas, “conquistaram a hegemonia, o que se processou no decorrer da década de 1930, no bojo da disputa também travada pela implementação de uma política oficial de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”²². Observa-se, portanto, uma intensa discussão nos círculos intelectuais acerca da preservação da história brasileira, especialmente da sua materialidade.

Ao tratar da geração que atuou na configuração do SPHAN, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros Malhano, em sua obra *Da materialização à legitimação do passado*, analisando especificamente a relação de Afonso Arinos de Melo Franco com o SPHAN, descreve esse conjunto de intelectuais como

uma geração de intelectuais oriundos de oligarquias, geralmente bacharéis, que tem projeto de organizar o país, dirigir a política e forjar a nacionalidade. Essa geração compactua na valorização do erudito, sobrepondo o popular, na importância da monumentalidade na arquitetura, no urbanismo e, ainda, na visão de preservação ligada aos conceitos de religião, erudição e museificação das cidades. A nação vista como um conjunto de indivíduos unidos por laços, sem considerar suas heterogeneidades, é característica também dos Estados oligárquicos e dos movimentos nacionalistas de direita, e foi utilizado pelo Estado Novo, como um dos objetivos para fortalecer nacionalidade²³.

Malhano descreve o papel dos intelectuais no processo de invenção do patrimônio brasileiro, destacando o papel da família Melo Franco e explorando especificamente o papel de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Afonso Arinos de Melo Franco no SPHAN. Para a historiadora, a posição do SPHAN era marcada por certa autonomia e certo distanciamento da política estado-novista, reproduzindo, assim, a versão institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), antigo SPHAN. Malhano destaca, ainda, a atuação decisiva de Rodrigo Melo Franco de Andrade na preservação do patrimônio nacional, ao longo dos anos em que esteve à frente da instituição como diretor. Além disso, ela assinala que a monumentalidade é uma característica do Estado nos primeiros anos de atuação da instituição, exemplificada pela política de tombamento de bens, principalmente de monumentos que, como símbolos da nação, viabilizariam o reconhecimento de sua história. Para a historiadora, os intelectuais modernistas, especialmente, os modernistas historicistas, desempenharam papel essencial na legitimação das práticas preservacionistas nos anos 1920, uma vez que projetavam a fundação da nação no passado colonial, retomando os valores,

²² CAVALCANTI *apud* CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

²³ MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do estado: 1920-1945*. Rio de Janeiro: Luserna; FAPERJ, 2002. p. 119.

sobretudo artísticos, do barroco e rococó do século XVIII, situando o valor histórico em segundo plano. De modo geral, a representação do passado brasileiro, de acordo com os modernistas, encontrava-se nos monumentos de pedra e cal. Mobilizados pelo historicismo, esses intelectuais desenvolveram uma concepção de patrimônio cuja referência encontrava-se no século XVIII e, conseqüentemente, no barroco e no rococó. Essa definição explicaria em parte a quantidade de bens preservados caracteristicamente barrocos e a valorização da memória histórica de movimentos coloniais setecentistas, como a Inconfidência Mineira.

Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves, em *A retórica da perda*, os intelectuais que participavam das discussões em torno da preservação do patrimônio criaram o SPHAN por meio de princípios discursivos fundamentados na perda, apropriação e redenção da cultura nacional. As estratégias mobilizadas pelos intelectuais em torno do sentimento de perda e redenção futura, no salvamento do patrimônio buscavam produzir um “efeito real”, “um desejo permanente e insaciável por um passado distante, mas, sobretudo, a partir da esperança na construção de um futuro”²⁴. Nesta perspectiva, a grande maioria dos monumentos tombados a partir dos primeiros anos do SPHAN, fundado em 13 de janeiro de 1937, situa-se em Minas Gerais. A cidade de Ouro Preto, por exemplo, veio a ser oficialmente reconhecida como “cidade monumento” em 1932; tais ações justificavam-se pela presença do barroco nas cidades mineiras, reivindicado como uma tradição brasileira oriunda do passado colonial que deveria ser preservado pelo seu caráter arquitetônico, histórico e religioso. O patrimônio nesse sentido, “é narrado como um processo de desaparecimento ou destruição, sob a ameaça de uma perda definitiva”. Podemos defender, portanto, que o governo Vargas e os intelectuais impulsionados pelo nacionalismo se atribuíram uma espécie de “missão de salvação” do patrimônio nacional. Desse modo, ainda seguindo José Reginaldo Gonçalves, “os intelectuais nacionalistas têm como propósito fundamental a apropriação, preservação e exibição do que eles consideram como o que pode ser salvo do processo de destruição e perda do patrimônio da Nação”²⁵.

Minas Gerais, em virtude de seu conjunto arquitetônico colonial conquista a atenção de grande parte da intelectualidade brasileira, sobretudo por ter sido o local do evento histórico considerado o mais importante do Brasil colonial no século XVIII, a Inconfidência Mineira. Nesse contexto político-cultural dos anos 1930, a memória histórica do movimento de 1789 conquista um espaço central em função do papel que teria desempenhado para a

²⁴ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 125.

²⁵ *Ibid.*, p. 31.

formação de uma identidade compartilhada pelos diferentes grupos sociais que integram a sociedade brasileira.

Observa-se, assim, uma preocupação com a elaboração de uma versão exaltada, nacionalista e patriótica da Inconfidência. A narrativa sobre o movimento procurava atender ao projeto do governo e de parte dos intelectuais brasileiros. Procurava-se promover o culto dos grandes homens, considerados o espelho da nacionalidade brasileira. A idealização de heróis nacionais, nessa conjuntura, se relacionou à preservação dos restos mortais dos personagens históricos. Deste modo, alguns setores da intelectualidade mineira, sobretudo o poeta, jornalista e historiador Antônio Augusto de Lima Júnior²⁶, reivindicavam, ao governo Federal, a repatriação dos restos mortais dos Inconfidentes que permaneciam na África. Alguns responsáveis pela Revolta de 1789 haviam sido condenados ao degredo, sobretudo na África Portuguesa, como consta nos *Autos de Devassa*, que resultaram dos processos instaurados em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Lima Júnior, em 1936, incorporando as demandas mineiras, publica, com ilustrações de Álvaro Martins, *O amor infeliz de Marília e Dirceu*, no qual reconstitui cenas do “belo episódio da Inconfidência”, conferindo um caráter romantizado ao movimento. No prefácio, o escritor faz um apelo ao Presidente da República:

Rio de Janeiro, abril de 1936. Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas. A história das desditas do poeta ouvidor de Vila Rica Tomás Antônio Gonzaga é o que ides ler neste livro. Procuramos em rápidos traços, contar ou reconstituir pelo desenho aos que desconhecem esse episódio sentimental da Inconfidência Mineira, o romance desgraçado de duas criaturas de eleição, cruciadas ao longo e duro martírio. A vida de torna cada vez mais materializada, mas no mundo haverá, sempre, um lugar para as almas idealistas e para as consciências delicadas, capazes de se enternecerem pelas coisas belas e generosas. É para elas que fizemos este livro, evocando do longínquo passado os amores de Dirceu e Marília, cujas cinzas ainda estão apartadas, em Vila Rica e Moçambique. Entre essas almas forradas de delicadeza e civismo, está a vossa e, para ela, oferecendo este livro, é que viemos apelar, no sentido de colocar sob vosso alto patrocínio o pedido que fazemos em nome de todos os brasileiros dignos, de uma reparação histórica aos mártires de 1789. [...] Muitos desses heróis morreram no exílio, em Portugal e na África, e o repatriamento de seus despojos é ato de justiça que constituirá uma lição de alto valor cívico para muitos desta geração, que se vão esquecendo de nossas glórias passadas para se afundarem no mais grosseiro dos materialismos.²⁷

²⁶ Antônio Augusto de Lima Júnior (1889-1970) foi um advogado, poeta, magistrado, jornalista e historiador brasileiro. Filho do conhecido político mineiro Augusto de Lima que, como governador de Minas (1891), decidiu pela transferência da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) e da Academia Mineira de Letras Lima Júnior atuou em diversos jornais do Rio de Janeiro como *A Gazeta de Notícias*, *A Noite*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Correio da Manhã*. Fundou em Belo Horizonte o *Diário da Manhã* e a *Revista de História e Artes*.

²⁷ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História da Inconfidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte; Editora Itatiaia, 1996. p. 186-187.

No apelo do historiador mineiro é importante destacar a preocupação com a história do movimento de 1789, e principalmente a compreensão de lições cívicas da revolta. O repatriamento dos despojos é considerado um ato de justiça que evitaria o esquecimento “das glórias passadas”. Lima Júnior, portanto, procura legitimar o seu pedido ao presidente por meio do discurso da perda e da valorização da memória histórica do movimento. Ele já tinha se destacado em 1923, neste sentido, por seu projeto de lei “visando à proibição de saída do país de obras de arte tradicional”²⁸. É interessante perceber o esforço na edição de 1996 de sua *História da Inconfidência de Minas Gerais*, em ressaltar o protagonismo de Antônio Augusto de Lima Júnior não só em relação à apresentação do projeto, mas, também, quanto ao repatriamento dos restos mortais dos revoltosos de Vila Rica.

Nesta perspectiva, Vargas em viagem a Minas Gerais, hospedado na Fazenda São Mateus, recebe o livro das mãos do seu anfitrião, o deputado federal João Resende Tostes. Atendendo ao pedido de Lima Júnior, Vargas assina o Decreto nº 756-A, em 21 de abril de 1936, autorizando a exumação e transladação para o Brasil dos restos mortais dos Inconfidentes, para que pudessem repousar em terras brasileiras.

O presidente neste sentido atende às demandas de uma elite letrada mineira interessada na elaboração de uma memória nacional, segundo suas próprias referências. Getúlio Vargas, vitorioso na Revolução de 1930 e líder do governo recém-inaugurado, adotou uma estratégia conciliadora, em busca de apoio político, atendendo aos anseios dos mineiros que o apoiaram e que, junto com outras elites letradas regionais, edificariam as bases do projeto getulista de Nação. Projeto este que, conforme assinala André Barbosa Fraga,

[...] optou por fazer referência aos heróis da Pátria mobilizando meios e recursos os mais diversos, dentro do ambiente escolar – com a orientação da composição de livros didáticos, a criação de concursos de biografias e a intensificação da celebração de datas cívicas –, e mais ainda fora dele – com a prática de atribuir nome de vultos nacionais a ruas, praças e escolas, a construção de estátuas e bustos e a produção de livros biográficos, cartilhas, peças de teatro, filmes, programas de rádio, moedas, cédulas e palestras sobre brasileiros ilustres²⁹.

Fraga defende que o governo Vargas promoveu uma aproximação dos “heróis nacionais” com a sociedade civil por meio de quatro frentes:

Primeira: conservar os lugares onde os vultos atuaram, criando para isso leis de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro e tombando imóveis considerados importantes. Segunda: preservar os objetos pessoais que pertenceram aos “grandes homens” e mostrá-los à sociedade, seja

²⁸ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*, op. cit., p.155.

²⁹ FRAGA, André Barbosa. *Os Heróis da Pátria: política cultural e História do Brasil no Governo Vargas*. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 252.

reformando e ampliando antigos museus, seja criando novos. Terceira: aproximar-se dos descendentes e pessoas que conviveram com as figuras históricas, de forma a humanizá-las mais, tornando-as mais “reais”, Quarta: resguardar os restos mortais dos personagens célebres da história do país, por meio da panteonização, ainda que fosse necessário repatriar os despojos que se localizavam em países estrangeiros³⁰.

Essas ações foram parte do esforço de elaboração de uma identidade nacional coletiva e da legitimação de projetos políticos que, naquele momento, buscavam redefinir as relações sociais e promover o desenvolvimento do país. Muitos dos elementos mobilizados eram instrumentos de propaganda do próprio governo. Para o desenvolvimento deste trabalho, a primeira e a quarta frentes de atuação governamental – a conservação de lugares nos quais personagens históricos agiram; e a guarda e valorização dos restos mortais desses personagens – constituem-se em pontos de partida.

A intenção do governo Vargas de valorizar os heróis nacionais, promovendo o reconhecimento da importância do Movimento de 1789, parece ter encontrado aceitação, justamente pela forma como a Inconfidência Mineira é representada. O processo de repatriamento dos restos mortais dos Inconfidentes passa a ser considerado como uma dívida histórica que pode ser saldada pela elevação da memória histórica da insurreição à categoria de Memória Nacional, tornando-se, portanto, um dever cívico trazer os Inconfidentes de volta ao solo nacional.

A valorização dos vestígios físicos de personagens célebres da história brasileira estavam presentes na retórica da época. De acordo com André Barbosa Fraga, “muito empenho foi empregado pelo regime instaurado no pós-30, e mais ainda no pós-37, na tentativa de repatriar os despojos de heróis que já se encontrassem em território brasileiro”³¹. Podemos destacar a transladação para o “monumento da Praia Vermelha, em 1941, no Rio de Janeiro, as cinzas dos heróis de Laguna e Dourados”³²; e a panteonização dos restos mortais de D. Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina, trazidos do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, para o Rio de Janeiro, em 1921, depositados em caráter provisório na Catedral Metropolitana. Esse processo foi iniciado nos anos 1920 e concluído em 5 de dezembro de 1939, com a inauguração pelo Presidente Vargas do Mausoléu Imperial, capela situada à direita do adro da Catedral de São Pedro de Alcântara, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, onde foram depositados os restos mortais do Imperador e de sua esposa. Outro exemplo foi a campanha para o repatriamento dos despojos da Princesa Isabel, a “Redentora”,

³⁰ *Idem.*

³¹ FRAGA, André Barbosa. *Os Heróis da Pátria, op. cit.*, p.70.

³² *Idem.*

falecida em 1921 aos 75 anos de idade, na França. O repatriamento acontece somente em 1953; e, em 1971, completa-se o processo, na ocasião em que os vestígios de Isabel são depositados na Catedral de Petrópolis, ao lado de seus pais e do marido, o Conde D'Eu.

Assim, o processo de repatriamento dos despojos dos revoltosos de Vila Rica pode ser interpretado como uma das ações, entre outras do governo, presente no discurso da época que procuravam reforçar determinado sentimento de nacionalidade.

O papel da imprensa na criação do consenso

A memória histórica da Inconfidência Mineira, materializada nos despojos dos Inconfidentes no exílio, constituiu-se em matéria prima para o governo Vargas, ocupado em construir determinada cultura política vinculada ao nacionalismo. Para a consecução desse objetivo, as políticas preservacionistas e de reconstituição do passado brasileiro precisavam alcançar a comunidade. Os periódicos, ao longo da década de 1930, que expressavam preocupação com a memória da Inconfidência Mineira, sobretudo com a imagem de Tiradentes, foram assim mobilizados como instrumento de veiculação dos discursos de uma elite letrada responsável por articular um consenso em torno da memória histórica do movimento e das políticas preservacionistas. Nos jornais examinados nesta pesquisa – *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, ambos publicados na então capital federal; e *Estado de Minas* publicado em Belo Horizonte – verificamos diversas manifestações nesta direção.

O *Jornal do Brasil*, fundado em 1891, era reconhecido por suas posições conservadoras; já o *Correio da Manhã* vangloriava-se por dar ênfase à informação e não à opinião; o *Estado de Minas* integrava os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, desde 1929. Esses periódicos assumiram uma posição conservadora, legitimando muitas vezes em seu discurso os projetos das elites brasileiras, mesmo quando pareciam se opor a determinado presidente ou grupo no poder. Muitos intelectuais atuaram nesses jornais, ou foram mobilizados por eles, assumindo, assim, um papel de destaque na construção do consenso.

Marialva Barbosa analisa a imprensa carioca em meados dos anos 1930, por meio dos periódicos da antiga capital da república. A proximidade dos periódicos ao centro decisório do país influenciava os jornais de forma decisiva, proximidade que influenciava também a formação da opinião nacional. Neste sentido para Barbosa, a imprensa no Rio de Janeiro

contava, em meados dos anos 1930, com 23 jornais, que Marialva Barbosa catalogou em quatro tipos. Primeiramente, jornais como *A Batalha*, *A Nação*, *O Radical*, entre outros, era vistos como sem muita expressão de publicidade e de tiragens. Os tradicionais como *Jornal do Brasil*, *O Imparcial*, e a *Gazeta de Notícias*, atravessavam um momento de crise, com pleno declínio de público, formavam o segundo tipo. O terceiro era de

jornais novos, que apesar do franco crescimento, só passariam a ter relevo nas décadas posteriores, como o *Diário Carioca* e *O Globo*. Por fim, e aqui que vai residir nossa atenção, o quarto tipo de periódicos era o de matutinos, e, sobretudo, vespertinos, que na década de 1930, estavam em plena ascensão. Matutinos como *O Correio da Manhã*, *A Manhã*, e vespertinos como *A Noite*, e o próprio *O Jornal*, formavam aquilo que podemos chamar de “grande imprensa”, aqui entendido da forma mais elementar possível, como o grupo de jornais com maior circulação e de maior influência perante a opinião pública³³.

Marcado pela tradição e por períodos de crises econômicas profundas ao longo de sua história, o *Jornal do Brasil* nos anos 1930-1940 passou a ser conhecido de maneira pejorativa como o “jornal das cozinheiras”, em razão da grande quantidade de anúncios (sobretudo de produtos alimentícios) e imagens, em detrimento do conteúdo, o que resultou na diminuição de sua qualidade jornalística. No entanto, o jornal havia se pronunciado, no final dos anos 1920, contra a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, tendo sido “submetido a fortes represálias, que culminaram na invasão e no empastelamento de sua sede. Com isso, o jornal viu-se impedido de circular por um período de quatro meses”³⁴. A partir daí, assumiu uma posição crítica moderada, mantendo boas relações com o Governo Revolucionário em vigor. Apesar disso, apoiou a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1933, reclamando a volta do país à legalidade: “o continuísmo de Vargas não foi completamente aceito”³⁵. Naquela ocasião, quando o *Jornal do Brasil* passava por uma complicada situação financeira, o ex-ministro da viação do governo de Epitácio Pessoa, José Pires do Rio, convidado pelo Conde Pereira Carneiro, proprietário do jornal, para organizar as finanças, adotou uma nova orientação comercial que privilegiava os anúncios.

Todavia, a partir de uma perspectiva política conservadora e católica o *Jornal do Brasil* continuou participando dos fatos políticos nacionais. Fez oposição aos movimentos de esquerda, apoiou a implementação da Lei de Segurança Nacional de 1935 e a instauração do Estado Novo. No decorrer da ditadura estado-novista, “o jornal adotava uma política de conciliação, mantendo relações cordiais com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e demonstrando simpatia para com a legislação trabalhista e a política econômica de Vargas”³⁶. O *Jornal do Brasil* desse modo foi um importante veículo de informação e formador de opinião no período, mesmo com as críticas, estabelecendo, um papel essencial na

³³ BARBOSA, 2000. *Apud* ARAÚJO, Nelson S. *Imprensa e Poder nos anos 1930: uma análise Historiográfica*. p. 6. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008-1/Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2018.

³⁴ *Jornal do Brasil*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL%20DO%20BRASIL.pdf>> Acesso em: 22 mai. 2018.

³⁵ *Idem*.

³⁶ *Idem*.

construção da opinião pública nacional, compactuando com o projeto de Nação Vargasista, seja por estratégia de sobrevivência as arbitrariedades do governo, seja por afinidade política ideológica.

O *Correio da Manhã*, jornal carioca diário e matutino fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt, ao longo da Primeira República apresentava-se como defensor “da causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é, do direito do povo, de seu bem estar e de seus libertadores”³⁷. O periódico chegou a ser fechado algumas vezes, em razão de sua oposição política aos governantes. Nessa perspectiva, o jornal foi fechado definitivamente em 8 de julho 1974, por sua oposição à ditadura civil-militar instalada após o golpe de 1964. O jornal ficou propriedade da família Bittencourt ao longo de toda sua existência. Na virada da década de 1920-1930, o *Correio da Manhã* fazia intensa oposição política às oligarquias no poder durante a Primeira República, por isso passou a apoiar a Aliança Liberal e conseqüentemente a Revolução de 1930. O editorial da edição de 24 de outubro de 1930 era claro, neste sentido: “A população carioca, em verdadeiro delírio de entusiasmo, percorre as ruas”³⁸. O *Correio da Manhã* expunha, portanto, a ruptura com as oligarquias que comandavam o país e o apoio ao movimento que se auto intitulava de “revolucionário”.

No entanto, durante a década de 1930 passa a defender a Assembleia Nacional Constituinte e a democratização do país. Em 1937, sob o comando de Paulo Bittencourt, e com Costa Rego na redação editorial, denunciou o golpe que instalara o Estado Novo. Iniciativa que levou o *Correio da Manhã* ao controle rigoroso do governo, com a presença de um censor instalado no jornal lendo todas as matérias. O conteúdo publicado no jornal sobre a influência da censura carece de estudos detalhados. É inegável a influência do governo nos meios de comunicação por meio da criação de um sofisticado aparelho de repressão, mas muitas das linhas editoriais perpetuam discursos conservadores e conciliadores, especialmente sobre a narrativa do passado brasileiro, antes mesmo do fortalecimento da censura, como no caso do jornal da família Bittencourt. Reproduzindo, portanto, as demandas do governo por imposição ou consentimento. É importante destacar também que o jornal *Correio da Manhã* como representante da grande imprensa é caracterizado pela cobertura nacional, marcando sua presença na maioria dos estados da federação e no cenário internacional, presença garantida por correspondentes do jornal e por agências de notícias, como a *Havas*, situada em Paris,

³⁷ Correio da Manhã. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf> > Acesso em: 25 mai. 2018.

³⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 48.

recorrente na documentação. A preocupação do governo se dava muito pelo papel inerente dos impressos na formação da opinião pública, como pela abrangência do jornal.

O jornal *Estado de Minas* também pode ser considerado como integrante da grande imprensa; comprado por Assis Chateaubriand³⁹ em 1929, passaria a divulgar as opiniões políticas de seu proprietário, em Minas Gerais, atuando de forma mais direta na opinião pública mineira. O império editorial de Chateaubriand encontrava-se em plena ascensão no início da década de 1930, em razão do apoio à Revolução de 1930. O empresário, dono também, desde 1924, de *O Jornal*, com a maior circulação no Rio de Janeiro, ocupa espaço também em São Paulo, com a compra do *Diário da Noite*, em 1925. De acordo com Fernando Morais, “repetindo a fórmula que no Rio e em São Paulo fizera tanto sucesso”, Belo Horizonte que já tinha um matutino “sério”, o *Estado de Minas*, passava a contar com um vespertino “popular”, o *Diário da Tarde*⁴⁰. Os jornais de Belo Horizonte, àquela altura, passaram a dispor, depois de um leilão por 110 contos de réis, de “equipamento ágil e moderno”⁴¹. Com características da grande imprensa, os sete jornais e a revista *O Cruzeiro* passaram a integrar a empresa “Diários Associados”⁴². Desta maneira, Assis Chateaubriand desenvolveu uma relação conturbada e próxima do Presidente Getúlio Vargas ao longo dos anos 1930, marcada por interesses políticos de ambos. Apoiou a Revolução de 1930, rompeu com Vargas na Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, ocasião em que entrou na clandestinidade; e reatou as relações com o Governo no golpe do Estado Novo em 1937.

Devido à retórica anticomunista presente na grande imprensa brasileira, o governo obteve certo apoio político editorial, destacando-se a “ameaça do comunismo”, como um dos fatores mais importantes para o fortalecimento da figura política de Vargas. A cobertura efetuada pela imprensa dos levantes comunistas de 1935, conhecido como “Intentona Comunista”, consolidou a ameaça comunista no imaginário nacional, criando uma atmosfera de resistência às ideias comunistas. Neste sentido, grande parte da imprensa liberal que estava contra o seu governo passou a apoiar o governo para eliminar “a doença grave” que atacava a sociedade brasileira⁴³. A imprensa passa a apoiar cada vez mais a centralização do poder em

³⁹ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello (1892-1968), mais conhecido como Assis Chateaubriand ou Chatô, foi um jornalista, empresário, mecenas e político paraibano; sua história é marcada por polêmicas e controvérsias. Foi um dos homens públicos mais influentes do Brasil nas décadas de 1940 a 1960. Foi também advogado, professor de direito, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras. Construiu um grande império midiático, com base em interesses e compromissos políticos, que influenciou o debate público e a vida política brasileira. Para mais informações, ver MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁴⁰ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*, *op. cit.*, p. 222.

⁴¹ *Idem*.

⁴² *Ibid.*, 223.

⁴³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

torno da figura de Vargas, justificando muitas vezes a perseguição e repressão aos comunistas, como algo necessário para combater a “contaminação da sociedade brasileira pelo mal comunista”. Essa atmosfera tensionada é acentuada pela divulgação do Plano Cohen, um documento redigido pelo capitão integralista Olímpio Mourão Filho, amplamente divulgado pelo governo brasileiro do período com grande repercussão na imprensa, contendo um suposto plano de tomada do poder pelos comunistas. Mais tarde foi comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar o golpe e o respectivo estabelecimento do Estado Novo, em novembro de 1937. “A imprensa se coloca como o setor mais eficiente do DIP. Voltada prioritariamente para o exercício da censura e da propaganda do regime, veicula o discurso estado-novista notadamente nos jornais e revistas”⁴⁴.

Cabe problematizar a relação da imprensa com o governo, ao longo do regime ditatorial. A força opressora do Estado esteve a todo instante presente, principalmente com a institucionalização das práticas de repressão, sobretudo após a criação, em 1939, do Departamento de Imprensa e propaganda (DIP). Embora o alinhamento de alguns periódicos ao governo tenha ocorrido por vontade dos próprios editores, é importante destacar que resistências também aconteceram: nem todos os veículos da imprensa repercutiram as medidas governistas, ou se o fizeram, foi de modo consciente, para que, de alguma forma, o público leitor percebesse a imposição de medidas e o controle das consciências.

Vargas consegue executar seu projeto de Nação com maior eficiência a partir do governo ditatorial, pela maior centralização política, reunindo diferentes segmentos da sociedade brasileira, contando em algumas circunstâncias com o apoio dos jornais, seja pela força ou pela afinidade ideológica. A preocupação com o sentimento nacional alcança novas proporções; ela pode ser interpretada, nessa conjuntura, também como um elemento estratégico de afastamento em relação aos ideais bolcheviques. A Nação é situada acima das diferenças entre classes sociais, afastando cada vez mais as ideias marxistas revolucionárias das discussões no interior das fronteiras nacionais.

O sentimento nacional e o combate às ideias bolcheviques são estampados nos principais periódicos da época. Cabe observar, entretanto, que, por mais que a transmissão radiofônica já se destacasse no cenário nacional, desde a Revolução Constitucionalista de 1932, iremos examinar nesta pesquisa, apenas o papel dos jornais na disseminação de ideias e informações. É interessante observar o público leitor que consumia as informações e opiniões presentes nos periódicos: ele ampliava-se, sobretudo nos centros urbanos, mas grande parte da

⁴⁴ *Ibid.*, p. 73

população brasileira ainda era formada por analfabetos, do que resulta que opiniões e informações circulavam, também, no registro da oralidade. Contudo, iremos nos deter no exame da função de alguns jornais na veiculação do projeto varguista e como a mobilização desse instrumento foi importante para aproximar a sociedade civil do projeto nacionalista do governo. Jornalistas, assim como intelectuais de um modo geral, desempenham um papel importante na pedagogia das massas; neste sentido, a imprensa assumiria, no período estudado, a missão de instruir o público leitor, de educá-lo, no tocante à necessidade da liderança de um governante forte, preocupado e ocupado o passado e o presente do país. De acordo com Marialva Barbosa, a grande imprensa, nos anos 1930, “ajudava a difundir uma imagem de Vargas como ‘O Salvador’, um mito que corporificaria a figura do chefe”⁴⁵, auxiliando, assim, o projeto de união nacional.

O Estado assumia assim, a tutela da construção da nacionalidade brasileira, procurando atender demandas históricas de setores da intelectualidade para a elaboração e a preservação de certa memória histórica brasileira, alternando ações de imposição e de conciliação. “O discurso estreita desta forma, a conexão do individual com o coletivo, mostrando o Estado como corporificação do indivíduo, do seu ”subconsciente”, que contém as verdadeiras reservas de brasilidade, cuja fonte é o passado”⁴⁶. Neste sentido, o governo Vargas, especialmente ao longo do Estado Novo, recorria a uma política conciliatória com a sociedade civil⁴⁷, aglutinando diferentes reivindicações sociais em torno da sua figura, sem uma doutrina política compacta. De acordo com André Barbosa Fraga,

[...] o Estado Novo não poderia ser caracterizado como portador de uma “doutrina oficial” compacta, isto é, homogênea a ponto de afastar diversidades relevantes. Ao contrário, o que se verifica é a presença de variações significativas que traduzem certo ecletismo em suas propostas. No entanto, acreditamos que seja possível encontrar, no seio destas propostas, um conjunto de ideias central capaz de caracterizar um determinado projeto político-ideológico⁴⁸.

O primeiro governo Vargas “criava e recriava uma memória histórica sobre o passado do país para justificar seu projeto de Nação”. Nesse movimento, “o passado é relido, recriado e representado por meio de narrativas de eventos pacíficos e dispostos aos maiores esforços e

⁴⁵ BARBOSA, Marialva, *apud* ARAÚJO, Nelson S. *Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica*. p.15. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008-1/Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2018.

⁴⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p.83.

⁴⁷ É importante destacar que o governo Vargas foi caracterizado também pelo uso sistemático da violência política do Estado, principalmente a partir do Estado Novo, pela institucionalização da censura e da criação de um aparato burocrático repressivo. No entanto, o foco central deste trabalho é analisar as estratégias simbólicas mobilizadas pelo governo para legitimar o seu poder e propagandear-lo.

⁴⁸ FRAGA, André Barbosa, *apud* GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, L.L.; VELLOSO, M. de C. (Orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.110.

sacrifícios em nome da Pátria”.⁴⁹ Vinculando, portanto, episódios importantes da história brasileira ao seu governo, sempre episódios com forte apelo na memória popular, buscando construir uma aproximação dos indivíduos ao passado.

O nacionalismo, neste sentido, constrói afetos profundos. De acordo com Benedict Anderson, “para compreendê-los adequadamente é preciso que consideremos com cuidado como se tornaram entidades históricas, de que modo que seus significados se alteraram no correr do tempo, e por que, hoje em dia, inspiram uma legitimidade emocional tão profunda”⁵⁰. O nacionalismo, para Anderson, articula-se a duas manifestações da escrita voltada para o público leitor que surgiram na Europa no século XVIII: o romance e o jornal. “Pois essas formas ofereceram os recursos técnicos para ‘re-[a]presentar’ a espécie de comunidade imaginada que é a nação.” Anderson destaca a importância da imprensa e do fenômeno que ele denomina de “capitalismo editorial” e a novidade da “vernaculização” da escrita, em oposição à antiga hegemonia do latim. Os jornais, assim, contribuem para o sentimento de comunidade, legitimando dessa forma a ideia de Nação. Obedecendo a um formato específico, ao narrar os fatos, pela “arbitrariedade de sua inclusão e justaposição”, os jornais acabam por demonstrar “que a vinculação entre eles é imaginada”⁵¹. O autor sustenta esse argumento, destacando dois elementos desta vinculação que se relacionam indiretamente: o primeiro é a data do jornal, o que o diferencia do formato do romance; o segundo “encontra-se na relação entre o jornal, como uma forma de livro, e o mercado”. Embora o jornal, no dia seguinte de sua publicação, já esteja obsoleto, diferentemente do livro, trata-se como este, de um importante instrumento na construção do nacionalismo. Anderson ainda ressalta o lugar da produção de livros e jornais no sistema capitalista em franco desenvolvimento, uma vez que no século XVI, observa-se uma expansão da atividade editorial em função da ampliação do uso das línguas nacionais, em detrimento do latim, como resultado da Reforma Protestante. Com o passar dos séculos e especialmente com o triunfo do capitalismo, os jornais alcançam um novo *status* na formação da opinião pública e, por conseguinte, para a expansão da ideia de pertencimento a uma coletividade; a imprensa, portanto, de acordo com Benedict Anderson, contribui para a popularização da ideia e do sentimento de Nação.

No século XX, foram mobilizados como instrumento não só para popularizar a nação, mas como mecanismo de construção de determinado tipo de nação. No Brasil dos anos 1930, os jornais alcançam um lugar central na veiculação de opiniões, a favor ou contra o poder;

⁴⁹ FRAGA, André Barbosa. *Os Heróis da Pátria*, op. cit., p. 83.

⁵⁰ ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas*, op. cit., p. 30.

⁵¹ *Ibid.*, p. 55.

passavam, também, por um processo rápido de transformação, organizando-se em uma estrutura complexa, dotada de equipamentos gráficos sofisticados. Nelson Werneck Sodré, em sua obra clássica *História da Imprensa no Brasil*, publicada pela primeira vez em 1966, informa que os jornais, a partir das transformações materiais da sociedade brasileira na segunda metade do século XIX e início do XX, transformaram-se em empresas jornalísticas. Os pequenos periódicos perderam força e o jornalismo adotava cada vez mais padrões estrangeiros. A passagem da pequena empresa para a grande imprensa, de acordo com Sodré se realiza plenamente nas décadas de 1950 e 1960⁵². Dessa forma, as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela ascensão da grande imprensa que se tornava uma empresa capitalista, correspondendo, assim, às novas relações de poder. Essas relações podem ser compreendidas pela configuração do Estado Brasileiro, àquela altura personificada em torno de Getúlio Vargas. A maioria dos jornais apoiou sua ascensão política, legitimando a centralização do governo proposta pelo político gaúcho, pelo medo das elites político-econômicas em relação à possibilidade de organização política da sociedade civil, sobretudo em torno do ideário comunista⁵³, e do contexto internacional conturbado, marcado pela ascensão do fascismo e pelo desencadear da Segunda Guerra Mundial (1938-1945).

De acordo com Nelson Werneck Sodré, “a imprensa, ao lado de outras instituições, recebia a missão de direcionar intelectualmente os cidadãos, e assim, auferia lucros não apenas econômicos, mas também simbólicos, a partir dessa aproximação com o poder”⁵⁴. Nesta perspectiva, grande parte da intelectualidade brasileira que se manifestava por meio dos jornais reivindicava a reconstituição de um passado brasileiro glorioso e a sua respectiva preservação. O governo atendeu às demandas dos círculos letrados por políticas públicas de preservação que restabelessem esses vestígios históricos, embora nem sempre mantivesse algum diálogo com a sociedade civil. Considerando-se que os processos da memória coletiva estão sempre associados às perspectivas do presente, a imprensa desempenha um papel importante na divulgação de um ideal de nação. É possível, portanto, identificar no discurso jornalístico a construção da memória histórica da Inconfidência Mineira e sua correspondente materialização nos despojos dos desterrados.

O enquadramento da memória em torno de cinzas e ossadas

⁵² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

⁵³ *Ibid.*, p. 49.

⁵⁴ ARAÚJO, Nelson S. *Imprensa e poder nos anos 1930*, *op. cit.*, p. 8.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs, em seu livro *A memória coletiva*, defende que a memória é construída por meio de um processo de negociação “que busca conciliar as memórias coletivas e individuais”. Para Halbwachs, a nação é a “forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva”⁵⁵. No entanto, Pollack questiona esta afirmação; para ele, o processo de negociação não passa de uma prática de dominação de determinada memória sobre outras e que, neste sentido, a memória coletiva nacional é destruidora e opressora.

Deste ponto de vista, Pollack desenvolve a ideia de enquadramento da memória, ressaltando que a função das memórias coletivas constitui, de acordo com suas palavras, “a tentativa mais ou menos consciente de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades”⁵⁶. A memória reforça o sentimento de pertencimento, levando os indivíduos a imaginar a acreditar em um passado comum e a possibilidade de sua projetar no futuro. Dessa forma, o enquadramento da memória se “alimenta do material fornecido pela história”⁵⁷, contando com seus profissionais especializados para enquadrá-la. Ainda de acordo com Pollak, “além de uma produção de discursos organizados e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais”⁵⁸. Os profissionais que se ocupam desse processo, a meu ver, são, além do historiador profissional, todo e qualquer profissional que mobiliza a história-disciplina e a memória como instrumentos. Neste sentido, a memória oficial necessita de materialização, “ela nunca se desenvolverá, no interior dos sujeitos, sem suportes materiais”⁵⁹. O sentimento de continuidade e a persistência das identidades tornam-se possíveis a partir da materialização de lembranças coletivas. Deste modo, as reflexões de Pollak contribuem para o entendimento de que a política do governo Vargas foi se direcionando para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, cooptando grande parte da intelectualidade do país, atuante na estrutura institucional do próprio governo.

O primeiro governo Vargas, principalmente no Estado Novo, se esforça em construir monumentos de culto à identidade nacional à disposição do culto cívico. para referendar seu regime autoritário e personalista. O processo de traslado das cinzas e ossadas dos Inconfidentes que haviam morrido no exílio passa a ser narrado pela imprensa como uma

⁵⁵ HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 49.

⁵⁶ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.p.9.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ *Idem*.

⁵⁹ CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação*. p. 23.

dívida da Pátria que deveria ser paga. A geração de 1930 deveria, portanto, quita-la, porque era um dever da sociedade brasileira com aqueles que no passado colonial procuraram “construir uma Pátria livre”. No próximo capítulo buscaremos relacionar a materialização da memória histórica da Inconfidência Mineira em torno do processo de repatriamento dos restos mortais dos Inconfidentes em África, por meio da imprensa. O governo Vargas, por intermédio de medidas oficiais e com o auxílio de profissionais especializados da história, procurou construir a “Nação brasileira”, mantendo determinados valores, construindo outros.

CAPÍTULO II – Cinzas e ossadas como testemunhos da “nacionalidade brasileira”

O repatriamento como mecanismo de reavivamento da memória

A construção de nação ao longo do Primeiro Governo Vargas passa a assumir certa materialidade, na qual algumas memórias passam a ser cristalizadas. Entendemos que o papel do historiador é compreender as intenções do que é lembrado e esquecido. Nesse sentido, no decorrer deste capítulo discutiremos o processo de repatriamento dos restos mortais dos condenados pela Coroa Portuguesa como mecanismo de reavivamento da memória, especialmente no discurso da imprensa. A materialização da Inconfidência Mineira constituiu-se, assim, em testemunho da nacionalidade brasileira.

A visão Tradicional do movimento de 1789 é muito recorrente na retórica nacional na qual, Tiradentes, por exemplo, é considerado um dos principais heróis nacionais. O discurso político de forma recorrente mobiliza o movimento na qualidade de ferramenta argumentativa, especialmente os discursos de caráter moralista ou nacionalista. No primeiro governo Vargas a Inconfidência Mineira foi constantemente recuperada pela imprensa, assim como pelo discurso político. O sacrifício heroico dos Inconfidentes é recuperado, estabelecendo-se uma associação entre os heróis nacionais e seus herdeiros, com destaque para Tiradentes, personificação de um movimento libertário que assume características de uma causa nacional. O Estado Novo buscava, assim, oferecer subsídios simbólicos para a unificação da nação sob a direção política de Getúlio Vargas.

Deste modo, a memória histórica da rebelião e dos heróis nacionais no degredo é apropriada e redirecionada para atender aos interesses institucionais do governo. Em 21 de abril de 1936, o presidente assinou, na fazenda São Matheus, o Decreto nº 756-A determinando o repatriamento dos despojos de todos os Inconfidentes mortos no degredo. Nesse sentido, Rui Mourão afirma que

o projeto, de porte grandioso, visava reconduzir os ossos dos protomártires da independência para a antiga Vila Rica, palco da conspiração de 1789. A missão de pesquisar a localização das sepulturas, promover as exumações e o transporte das urnas foi atribuída ao historiador Augusto de Lima Júnior, que representava solução providencial por duas razões. Tratava-se de um militante do integralismo e pessoa a quem o presidente se achava ligado por dever de gratidão. O pai do intelectual, quando à frente do governo de Minas, interferiu de maneira salvadora no episódio em que Protásio Vargas, estudante como o irmão em Ouro Preto, numa briga matara um colega de São Paulo.⁶⁰

⁶⁰ MOURÃO, Rui. *A nova realidade do Museu*. Ouro Preto: MINC-IPHAN, Museu da Inconfidência, 1994.p.50.

Existia, portanto uma proximidade entre o Presidente e a elite política e intelectual mineira da qual Lima Júnior fazia parte. Neste sentido, Rui Mourão⁶¹ argumenta que na transição para o Estado Novo, Getúlio Vargas e seus políticos ávidos por promover um ato de repercussão pública tomam a iniciativa de trazer de volta os restos mortais dos Inconfidentes. Esta iniciativa se constituiu em um esforço, entre outros, para dar legitimidade simbólica ao golpe de Estado de 1937; golpe que também pode ser interpretado, em seu primeiro momento, como um ato político que fortaleceria os integralistas⁶² no contexto polarizado do período. Mourão também destaca o papel do historiador Antônio Augusto de Lima Júnior nas polêmicas e embates no meio político e intelectual. Os relatos sobre seu temperamento são recorrentes na literatura sobre o tema. Mourão afirma que ele mantinha “pouco compromisso com a realidade”, que “esbanjava estouvamento, fazia declarações peremptórias, cumpria um ritual de interesse da sua seita política”⁶³. Este “ritual”, do qual fala Mourão, pode ser interpretado como o projeto político dos integralistas de exaltar a narrativa nacional, de acordo com suas concepções de nação e de configuração do Estado. Mesmo assim, cabe destacar a importância de Lima Júnior no processo de repatriamento, uma vez que se tratava de um representante das elites políticas e intelectuais mineiras que compartilhava com outros segmentos sociais – embora, com algumas divergências – de uma visão romantizada e idealizada da Inconfidência Mineira. Desta forma, ainda de acordo com Mourão, “o certo é que ninguém veio a público para dizer que, naquela ação ruidosa que envolvia dois continentes e pretendia justificar uma ditadura com a memória de quem se sacrificara pela liberdade, atuava um adepto empedernido do integralismo”⁶⁴.

⁶¹ Rui Mourão é um romancista, ensaísta e membro da Academia de Letras, diretor do Museu da Inconfidência de 1974 a 2017, ocupando o posto durante 43 anos.

⁶² Diversos grupos e partidos políticos ultranacionalistas e de extrema-direita, sob a liderança de Plínio Salgado fundaram a Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932. O movimento integralista brasileiro foi fortemente influenciado pelos fascismos que, naquela época, cresciam no continente Europeu. Neste sentido, o integralismo brasileiro, adepto dos valores mais tradicionais da Igreja Católica defendia a existência de um partido único; o fim da liberdade de expressão; a eliminação de qualquer oposição; o culto à personalidade do líder; o nacionalismo radical; a recusa à democracia liberal e ao socialismo; o controle do Estado sobre os meios de comunicação; a manutenção das hierarquias sociais; o uso da violência para impor as determinações governamentais; além do combate ao comunismo, ao liberalismo e ao capitalismo financeiro. A AIB chegou a se organizar como partido político; com a extinção dos partidos políticos em 1937, tornou-se uma associação cultural. É importante destacar que os integralistas apoiaram o golpe de 1937, por vislumbrarem em Vargas a possibilidade de que certas demandas do movimento fossem atendidas. No entanto, o cenário se transforma com a perseguição do movimento que passa a ser considerado ilegal pelo governo em 1938. Cf. TRINDADE, Héliogio. *Integralismo*. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

⁶³ *Ibid.*, p.51.

⁶⁴ *Idem.*

Camila Kézia Ribeiro Ferreira, em seu trabalho *A polêmica como patrimônio*⁶⁵, analisa a formação do campo patrimonial, ao examinar as obras de Lima Júnior e os artigos da *Revista de História e Arte*, publicada em 1963, em Belo Horizonte. De acordo com ela, o historiador mineiro foi um crítico ferrenho dos projetos patrimoniais do governo federal, sobretudo dos intelectuais que integravam o SPHAN, até a sua morte em 1970. Apresentava-se nos círculos intelectuais com a “missão de restaurar” a cultura brasileira por meio da busca pela “verdade histórica”. O episódio da Inconfidência Mineira, desse ponto de vista, teria sido, para o historiador, “ao lado das revoluções do século XVIII – como a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa –, capaz de integrar ao quadro das civilizações clássicas novas experiências do patrimônio do saber universal”⁶⁶. O movimento, portanto, teria aproximado o Brasil da “civilização”, igualando-se aos eventos mais marcantes da história ocidental do século XVIII. De acordo ainda com Ferreira, Lima Júnior discordava com frequência de diversos grupos, tendo recebido, nos anos 1950, o apelido de “galo de briga”⁶⁷. Cabe ressaltar que disputas e embates faziam parte dos círculos letrados que discutiam o patrimônio nacional por volta dos anos 1930 e 1940 e que defendiam, “no interior de cada discurso, um modo de interpretar o passado brasileiro”⁶⁸.

As discussões em torno da preservação do patrimônio no Brasil no período em questão desencadearam a criação do SPHAN, em 1937. A historiografia sobre a institucionalização da preservação do patrimônio é recorrente ao dividir as concepções de patrimônio e da instituição que deveria ser criada, em duas vertentes. De um lado, a proposta de Mário de Andrade de criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), enfatizando as características etnográficas daquilo que deveria ser preservado; de outro, o projeto vencedor, a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), valorizando a categoria “histórico”, a partir das bases formuladas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, e que prosperaram após a nomeação, por Capanema, de Rodrigo Melo Franco de Andrade como dirigente da instituição⁶⁹.

Entretanto, podemos destacar em ambos os projetos e nas discussões travadas nos círculos intelectuais brasileiros certos padrões nas disputas narrativas em torno do patrimônio,

⁶⁵ FERREIRA, Camila Kézia Ribeiro. *A polêmica como patrimônio: Augusto de Lima Júnior e a Revista de História e Arte nos embates da política patrimonial (1930-1966)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. 2014.

⁶⁶ *Apud* FERREIRA, Camila Kézia Ribeiro. *A polêmica como patrimônio, op. cit.*, p.22.

⁶⁷ *Ibid.*, p.12.

⁶⁸ *Ibid.*, p.17.

⁶⁹ Cf. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Capítulo 2: Relações entre intelectuais e Estado nas décadas de 1930 e 1940. In: _____. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017. p. 87-141.

por exemplo, a valorização do passado colonial brasileiro, concebido como um período de construção das raízes brasileiras.

Além do próprio Mário de Andrade fundamentar, no anteprojeto, os marcos de uma tradição brasileira, genuinamente nacional, no século XVIII, os conselheiros do SPHAN, de uma maneira geral, viam o barroco, principalmente o barroco do século XVIII, em Minas Gerais, como um sinal de civilidade e de memória, o que conduz à ideia de preservação⁷⁰.

A valorização do século XVIII, como marco ancestral da nacionalidade brasileira, resulta na exaltação dos vestígios materiais, sobretudo do barroco, como marco fundador da cultura brasileira. A historiadora Márcia Chuva chama a atenção para a apropriação do barroco no contexto de invenção do patrimônio brasileiro e as lutas de representação em torno do estilo artístico. De acordo com ela, o barroco era “anteriormente desqualificado, inclusive pelos padrões europeus”; esta teria sido, talvez, “a disputa mais intensamente travada, em termos de consolidação de um ‘ideário nacional’, fundador nesse momento das práticas de preservação cultural no Brasil”⁷¹. Características que pudessem valorizar uma suposta ancestralidade da Nação brasileira tornavam-se extremamente valorizadas.

A memória histórica da Inconfidência Mineira se inclui nessa perspectiva. Não existia, portanto, naquela ocasião, grupos de intelectuais com força suficiente para questionar a narrativa clássica do movimento defendida pelo governo central e por intelectuais como Lima Júnior. Desta maneira, “procurando ressignificar uma narrativa histórica que viesse a fornecer subsídios para o Estado Novo, o presidente apoia e viabiliza o projeto de transferência dos restos mortais dos Inconfidentes, delegando a função a Lima Júnior em 1936”⁷².

Em artigo no *Jornal do Brasil*, Azeredo Neto destaca a conquista patriótica do governo em promover a volta dos sediciosos à terra natal: “Gloriosa falange de sofredores, os sonhadores de 1789 não foram menos infelizes do que o seu chefe – o imortal Tiradentes, pois, exilados nas inóspitas plagas africanas, não resistiram ao seu clima e pereceram com a alma transida de saudade da terra natal”⁷³. Destaca, também, o papel pioneiro de Minas Gerais na formação da identidade brasileira: “Deus foi realmente muito pródigo ao criar o Brasil: encheu-o de bens inesgotáveis, a começar pela fé e patriotismo de seus filhos, predicados de que Minas é berço, e, portanto, muito justa a vinda para o seu seio dos despojos dos Inconfidentes!”⁷⁴.

⁷⁰ MALHANO, Clara Emílio Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do estado: 1920-1945*. Rio de Janeiro: Luserna: FAPERJ, 2002. p.192.

⁷¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória, op. cit.*, p.393.

⁷² FERREIRA, Camila Kézia Ribeiro. *A polêmica como patrimônio, op. cit.*, p.21.

⁷³ “As urnas sagradas”. *Jornal do Brasil*, quinta-feira, 21 de Janeiro de 1937.p.11.

⁷⁴ *Idem*.

A assinatura do Decreto que dispunha sobre a repatriação dos despojos dos conspiradores mortos no degredo foi noticiada no *Jornal do Brasil*, no *Correio da Manhã* e no *Estado de Minas*, que destacaram, também, às demandas da intelectualidade para declarar a cidade de Ouro Preto, Monumento Nacional. O ato solene realizado na Fazenda São Mateus contou com a presença, além do Presidente Getúlio Vargas, de intelectuais e autoridades, dentre eles o escritor e historiador Antônio Augusto de Lima Júnior; o governador de Minas, Benedito Valadares; e o Ministro Gustavo Capanema que teria redigido o Decreto de seu próprio punho. As justificativas eram as seguintes:

Considerando que a Conspiração Mineira de 1789 congregou no mesmo ideal de autonomia política e de governo republicano, intelectuais, militares, agricultores, comerciantes e trabalhadores, brasileiros, portugueses e escravos africanos, todos identificados no anseio de fundar no Brasil uma pátria livre;

Considerando que, os cidadãos envolvidos na Conjuração e denominados historicamente – Inconfidentes, sofreram duras penas de cárcere, degredo e martírio, sendo o alferes Tiradentes, justamente proclamado o protomártir da Independência e da República;

Considerando ainda que os despojos desses Inconfidentes mortos no exílio não receberam, ainda a consagração e a homenagem de repousar em terras brasileiras⁷⁵.

A rebelião de 1789 ocorrida em Vila Rica ao longo da análise dos jornais impressos, assim como nos documentos oficiais reproduzidos nos periódicos é nomeada como Conspiração Mineira, podemos ressaltar, portanto, a tentativa de afirmar o termo, destacando propriamente o caráter de rebelião ou conspiração contra as autoridades portuguesas realizado pelos Inconfidentes, difundido nas páginas dos jornais. O texto atribui à história uma missão redentora, consagrando e homenageando os heróis da pátria mortos no exílio e que deveriam retornar as terras brasileiras para repousar de maneira digna. Cabe destacar também, a associação de vários setores do governo para promover o traslado. De acordo com o artigo 1º do documento reproduzido nos jornais,

o ministro da Educação e da Saúde Pública, em combinação com o das Relações Exteriores e da Marinha a providenciar imediatamente para que, obtidas as permissões necessárias de quem de direito, sejam exumados de suas sepulturas nas terras de degredo e transportadas para o Brasil, as cinzas dos Inconfidentes de 1789, cujos nomes constam da sentença de 20 de abril de 1792 da Alçada Régia no Rio de Janeiro.⁷⁶

Há que se considerar também o artigo 3º do mesmo documento, destinando “à cidade de Ouro Preto a guarda dos despojos que receberão o culto cívico nacional em monumento

⁷⁵ “O repatriamento dos restos mortais dos Inconfidentes no degredo”. *Correio da Manhã*, terça-feira, 21 de abril de 1936, p.3.

⁷⁶ *Idem*.

que lhes será consagrado”⁷⁷. Estando sobre a responsabilidade do Ministério da Educação e da Saúde cumprir com as despesas do processo de repatriamento, como pela construção do monumento cívico. O órgão da administração federal já estava se transformando em uma das principais estruturas administrativas do governo Vargas, e a cidade de Ouro Preto, antiga capital da província de Minas Gerais, assumia novo protagonismo no imaginário social brasileiro.

O Estado personificado na imagem de Vargas se apresentava como protagonista das mudanças sociais no Brasil, assumindo o mesmo papel no campo patrimonial e no processo de repatriamento dos despojos. Carmen Silvia Lemos, em seu artigo “Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos Inconfidentes degredados para África”⁷⁸, questiona os limites simbólicos do processo. Lemos chama atenção para o fato de que os restos mortais haviam sido exumados na vila senegalesa de Cacheu, em 1932, por solicitação do cônsul brasileiro em Dakar, e identificados como os de três brasileiros relacionados à Inconfidência⁷⁹.

A documentação que acompanha o processo informa que, em novembro daquele ano, o cônsul do Brasil em Dakar solicita auxílio de autoridades da Guiné Portuguesa para a localização dos restos mortais de alguns inconfidentes. Teria chegado ao seu conhecimento que uma indígena, residente da Vila Cacheu, ouvira de seus antepassados que ao lado da Igreja de Nossa Senhora da Natividade estariam enterradas umas ossadas supostas como pertencentes a uns deportados de origem brasileira, para a Colônia enviadas no tempo da rainha D. Maria I de Portugal, por motivo dos acontecimentos conhecidos no Brasil por Inconfidência Mineira.

Precedeu-se à exumação. Quando em 1934 houve mudança de direção na chancelaria em Dakar, o novo cônsul registra ter recebido uma caixa de madeira com três ossadas, atribuídas a inconfidentes⁸⁰.

Dessa forma, os restos mortais localizados em África são remetidos ao Brasil. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto (IHGOP) foram convidados a se manifestar sobre as ossadas. Carmen Silvia Lemos destaca a disputa entre membros do IHGB e intelectuais externos a seus quadros, pelo

⁷⁷ *Idem.*

⁷⁸ LEMOS, Carmem Silvia. Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África. Oficina do Inconfidência. Ouro Preto, Ano 2, No. 1 p. 195-221, dez. 2001.

⁷⁹ As ossadas foram identificadas em 2011 por meio do trabalho de “especialistas em odontologia legal da Unicamp, o Museu da Inconfidência – que desde 1980 realizava pesquisas históricas sobre o caso – pôde comprovar que os ossos, repatriados da África para o Brasil nos anos 1930, são mesmo dos três Inconfidentes: José de Resende Costa, pai, João Dias da Mota e Domingos Vidal de Barbosa”. No mesmo ano as ossadas foram depositadas no Panteão dos Inconfidentes no Museu, com a presença de autoridades em cerimônia com a presença da então Presidente da República Dilma Rousseff. Disponível em < <http://www.museus.gov.br/ossadas-de-inconfidentes-sao-identificadas/> > Acesso em: 19 jun. 2017.

⁸⁰ LEMOS, Carmem Silvia. Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África, *op.*, *cit.*, p. 209-210.

pioneirismo na ação de traslado. Apelando para a memória institucional, o “instituto reivindica a primazia da iniciativa, invocando artigo publicado em sua Revista de 1840 e os apelos de Francisco Adolpho de Varnhagen que, há quase um século, já conclamava por ‘almas patrióticas’ para fazer voltar à ‘terra pátria’ os ossos degredados”⁸¹. Em seguida, integrantes das duas instituições colocam em xeque a autenticidade dos despojos. Augusto de Lima Júnior, por outro lado, como informa Lemos, posicionava-se, na imprensa, a favor do caráter autêntico das ossadas⁸², exaltando a importância da História da Inconfidência, para Minas Gerais e para o Brasil. Os despojos trazidos da África são depositados, em meio a essa polêmica, no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Curiosamente, não existe (ou não encontramos até agora) nenhuma referência nos jornais que constituem o corpo principal de fontes desta pesquisa acerca da autenticidade dos restos mortais localizados na África, em 1932, e depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty, em 1936. Constatamos apenas uma nota no *Jornal do Brasil* de 19 de fevereiro de 1935, despachada de Belo Horizonte, no qual se lê que “quanto à autenticidade desses ossos só poderá ser apurada à vista de documentos de que vieram acompanhados. Acredito, entretanto que nosso cônsul em Dakar, que promoveu a remessa desses preciosos restos mortais, tenha tomado todos os cuidados para não se deixar enganar”⁸³; e outra, datada de 23 de março, fazendo referência ao IHGB e à falta de recursos elucidativos do caso⁸⁴. Também encontramos uma reportagem publicada no *Correio da Manhã* tratando do traslado dos restos mortais encontrados na África⁸⁵. Tanto as notas quanto a reportagem sobre o processo de repatriamento foram divulgadas pela agência *Havas*, apresentando certa semelhança narrativa. A agência francesa atuava no Brasil desde o final do século XIX, prestando serviços para diversos periódicos nacionais. Já os Diários Associados de Assis Chateaubriand contavam com os serviços da *Meridional*, criada em 1931, que formalizou e unificou a circulação de conteúdo dos jornais pertencentes à empresa de Chateaubriand, como, por exemplo, o *Estado de Minas*.

Neste sentido, as ossadas dos sediciosos de Vila Rica que já se encontravam em território nacional antes da assinatura do Decreto nº 756-A de 21 de abril de 1936, por Vargas, enviados pelo cônsul brasileiro em Dakar, foram “esquecidos” para destacar o

⁸¹ Ibid., p.211.

⁸² Diário da Noite. Rio de Janeiro, 20 fev. 1935. *Apud* LEMOS, Carmem Silvia. Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África, *op. cit.*, p. 211.

⁸³ “Restos mortais dos Inconfidentes Mineiros enviados de Dakar para o Brasil”. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 19 de fevereiro de 1935. p.16.

⁸⁴ “Inconfidentes degredados”. *Jornal do Brasil*, sábado, 23 de março de 1935.p.3.

⁸⁵ “Em torno dos restos mortais de dois inconfidentes”. *Correio da Manhã*, terça-feira, 19 de fevereiro de 1935.p.5.

interesse do governo em se afirmar como autor desse processo. A narrativa construída pelo governo na década de 1930, muitas vezes corroborada pela imprensa, está relacionada ao dever dos brasileiros em cuidar desses heróis nacionais no regresso a Pátria, destacando, sobretudo o papel do Estado como seu promotor.

Dentre as estratégias utilizadas pelo governo além dos jornais impressos para a divulgação do repatriamento estão “a produção de um filme, que poderia ser distribuído a diversas salas de cinema do Brasil. O documentário, em curta-metragem, *Os inconfidentes*, elaborado pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE)”⁸⁶, e a publicação dos *Autos da Devassa* em 1936, um importante corpo documental, podendo ser considerado documento/monumento⁸⁷, narrando o processo judicial durante os anos 1788-89, apurando os ocorridos em Vila Rica, sob o olhar metropolitano. O próprio registro pela Coroa Portuguesa revela a importância atribuída ao movimento no século XVIII; entretanto nos anos 1930, a publicação assume outra dimensão. A publicação e posterior divulgação alcança um caráter monumental e educacional, tornando-se um dos elementos importantes para a sacralização e consequente materialização da Inconfidência Mineira no período.

Ainda sobre a assinatura do Decreto de 21 de abril de 1936, há que considerar também o dia de sua assinatura, feriado nacional, dia de Tiradentes e sua importância simbólica. Cabe retomar também o historiador Pierre Nora, que em *Entre memória e história*, defende que os lugares de memória nem sempre são espaços físicos, mas restos, “a forma extrema onde subiste uma consciência comemorativa numa história que a chama”⁸⁸, podendo ser festas, aniversários, tratados, processos verbais, entre outros⁸⁹. Os mitos e heróis nacionais precisam de rememorações, reatualizações e vivências, realizadas por meio de ritos de renovação. A celebração do Dia de Tiradentes, portanto, envolvendo comemorações cívicas, se torna uma maneira eficaz, naquele momento, de reatualizar o mito, uma vez que Tiradentes era considerado pela narrativa oficial um dos maiores heróis brasileiros. Segundo a historiadora Thais Nívia de Lima e Fonseca, em sua tese *Da infâmia ao altar da pátria*, “o governo provisório restabeleceu o feriado nacional em 1933, por considerar o 21 de abril o de maior expressão histórica, por ter sido consagrado à memória dos precursores da República, simbolizados no mártir alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes”⁹⁰. A Comemoração de datas cívicas era considerada como elemento fundamental para a

⁸⁶ FRAGA, André Barbosa. *Os Heróis da Pátria*, op. cit., p.78.

⁸⁷ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. p.535-549.

⁸⁸ Nora, p. 12

⁸⁹ Nora. p.13

⁹⁰ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Da infâmia ao altar da Pátria*, op. cit., p.147.

manutenção da memória nacional, ao longo do período em que Vargas esteve no poder. Ocupando o Governo Provisório, ou como presidente, ao longo do Estado Novo, “foi intensa e explícita a valorização da memória nacional, concretizada por meio de festas cívicas, do uso dos meios de comunicação e da educação”⁹¹. Fonseca compara dois momentos distintos da história brasileira analisando a comemoração de datas cívicas, especialmente o 21 de Abril, tanto na década de 1930, no governo Vargas, quanto no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Em relação a essas práticas no governo Vargas, Fonseca destaca que

tratava-se de inserir a valorização da memória no projeto dos grupos chegados ao poder em 1930, como parte de sua política cultural e de constituição de uma nacionalidade. Assim, comemorar a morte de Tiradentes e sua luta pela liberdade da nação significava, além de buscar no passado a legitimação da autoridade, também impor um sistema de valores fundamental para a construção de uma identidade nacional coletiva. A tradição inventada aparecia, então, objetivando a coesão da nação, a legitimação da autoridade e a inculcação, bem como a difusão ou consolidação de determinados valores⁹².

O governo, portanto, se preocupava em valorizar a imagem de Tiradentes, e o esforço de exaltação se sobrepunha aos outros Inconfidentes. Basta observarmos a quantidade de dramaturgias e discursos envolvendo Tiradentes. Dessa maneira, o governo procurava ressaltar a importância da Inconfidência Mineira relacionando o movimento ao dia 21 de abril. É possível observar nos jornais a recorrência de notícias exaltando o movimento e a nação concomitantemente à data. Além de comemorações cívicas que se espalhavam pelo país, que procuravam exaltar a imagem de Tiradentes e conseqüentemente o movimento de 1789. Assim, a materialização da rebelião estará em volta da glorificação de Tiradentes, ao longo do governo Vargas.

A materialização do movimento naquele momento se relaciona as ossadas dos Inconfidentes no degredo desde o século XVIII. Augusto de Lima Júnior se dirige ao governo português comandado por Oliveira Salazar com sua comissão, conseguindo amplo apoio para a localização dos despojos dos Inconfidentes em África, nas colônias Portuguesas. O governo Português e o Governo Brasileiro nesse momento estabelecem relações diplomáticas muito próximas. “O fato é que o repatriamento oficial de 1936 obteve auxílio do governo Português a fim de atuar junto às autoridades de Angola e Moçambique”⁹³. As ossadas foram identificadas em Igrejas situadas nas colônias. Depois da localização era necessário organizar os preparativos para um retorno glorioso dos Inconfidentes as terras brasileiras, “o governo

⁹¹ *Idem.*

⁹² *Ibid.*, p. 150.

⁹³ BRUSADIN, Leandro Beneditini. *História, turismo e patrimônio cultural: o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social/ Leandro Beneditini Brusadin – 1.ed.-Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 120*

constituiu uma comissão especial, composta pelo cônsul Costa Leite, representando o Ministério do Exterior; pelo general Francisco José Pinto, chefe do Estado Maior da Presidência da República; por Antônio Leal da Costa, diretor do Gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública; e pelo Almirante José Francisco de Azevedo Milanez, representando a Marinha”⁹⁴. Segundo nota do Correio da Manhã,

Ao desembarque dos restos dos revolucionários mineiros, que será prestigiado com a presidente da República, comparecerá todo o mundo oficial. As urnas serão transportadas em carretas do Exército, prestando as continências militares tropas de terra e mar. As cinzas dos Inconfidentes ficarão depositadas na Catedral, onde serão fraqueadas a visitação pública. Falarão, além dos representantes de Minas Gerais, vários outros oradores⁹⁵.

Notícias semelhantes foram reproduzidas em ambos os periódicos por meio de notas, durante o tempo em que a comissão comandada por Lima Júnior esteve no exterior. Assim, foram mobilizados diferentes setores do governo atribuindo um valor simbólico maior para o retorno dos vestígios dos Inconfidentes que deveriam ser recebidos pela comissão especial como heróis nacionais. Em 24 de dezembro de 1936, a bordo do navio brasileiro *Bagé* para um regresso após aproximadamente dois séculos, os brasileiros no exílio voltavam à sua terra natal, em 1936, no passado condenados pelo poder metropolitano da Coroa Portuguesa na colônia, mas que regressaram ao Brasil com o status de heróis nacionais. O *Correio da Manhã*, em reportagem de 26 de dezembro de 1936, anuncia o regresso dos Inconfidentes à terra natal. As urnas contendo os restos mortais foram depositadas na biblioteca do navio *Bagé*, onde

foram colocadas pelo Sr. Augusto de Lima Júnior bandeiras brasileiras, confeccionadas de seda de Barbacena trabalhadas pelas senhoras daquela cidade mineira. Elas estão sobre uma eça no centro do salão. A cabeceira vê-se um crucifixo de não pequenas proporções, a cujos pés, em cartolina está desenhado o triângulo da inconfidência com os dizeres latinos ”libertas quae sera tamen”.⁹⁶

Elementos simbólicos são estimulados para reforçar as perspectivas nacionalistas dos intelectuais envolvidos no processo de repatriamento, como do próprio governo, procurando nesse ponto de vista, ressaltar o papel do catolicismo na formação nacional, assim como o de Minas Gerais. Na mesma reportagem a boa relação com o governo Português ganha destaque por meio das iniciativas do embaixador “Araújo Jorge, que iniciou sua missão encontrando,

⁹⁴ FRAGA, André Barbosa. *Os Heróis da Pátria*, op. cit., p.76.

⁹⁵ “O repatriamento das cinzas dos Inconfidentes”. *Correio da Manhã*, quarta-feira, 23 de dezembro de 1936.p.3.

⁹⁶ “Vão ser sepultados na terra por cuja liberdade morreram”. *Correio da Manhã*. Sábado, 26 de Dezembro de 1936. p.3.

logo, todas suas facilidades”⁹⁷. Assim, o governo português tomou para si a missão das exumações dos despojos dos Inconfidentes nas suas colônias em África, entregando-os a Augusto de Lima Júnior em território Português. As urnas ainda foram disponibilizadas para visitação em Portugal, “para mais de mil e quinhentas pessoas da melhor sociedade da capital portuguesa estiveram a bordo, num só dia”⁹⁸. É claro que esses números devem ser questionados levando em conta a narrativa que procurava exaltar a importância dos Inconfidentes mineiros do jornal. O navio *Bagé* ao sair dos mares portugueses foi homenageado pelos navios portugueses; ao chegar às terras brasileiras, o navio passa rapidamente pela Bahia até chegar ao Rio de Janeiro. Dessa forma, No dia 27 de dezembro, em uma espécie de romaria cívica, os restos mortais chegam ao Rio de Janeiro⁹⁹.

O próprio presidente compareceu ao Armazém nº4, no cais do Porto, acompanhado de sua Casa Civil e Militar. Uma banda de música da Polícia Militar, que se encontrava em frente ao navio, executou o Hino Nacional, e Vargas foi recebido a bordo, sendo conduzido à câmara ardente onde examinou as inscrições colocadas sobre as urnas. Os despojos foram solenemente entregues ao chefe de Estado, que prometeu que o Brasil guardaria com orgulho o “corpo” dos inconfidentes. Dando prosseguimento ao evento, as urnas foram desembarcadas e transportadas pela oficialidade do *Bagé* aos carros que fariam o traslado. Pronunciaram, então, algumas palavras os deputados Pedro Calmon, conhecido historiador, e Negrão de Lima. Em seguida, o cortejo saiu da Praça Mauá com destino à Catedral Metropolitana, onde as cinzas ficariam depositadas em expedição pública. Ao longo de todo o percurso, segundo os jornais de época, reuniram-se centenas de pessoas¹⁰⁰.

O cortejo de transferência de chegada das urnas assemelhava-se a uma procissão religiosa. Carmem Silvia Lemos assinala que a sensação de pertencimento forjada naquele momento e a exaltação da Inconfidência Mineira estavam sendo construídas, durante todo o tempo, por meio da sacralização; a experiência compartilhada não era, entretanto, espontânea, embora a intenção fosse a de criar condições que emanassem um sentido de real, de verdadeiro, “a partir da tentativa de restituição de uma ‘aura’, de uma sacralidade, para que a história institua a redenção nacional”¹⁰¹. As urnas ficaram depositadas na Catedral Metropolitana no Rio de Janeiro, durante cerca de um ano e meio, a despeito de *O Jornal do*

⁹⁷ *Idem.*

⁹⁸ *Idem.*

⁹⁹ As urnas contendo os despojos, repatriados da África, foram atribuídas aos 13 inconfidentes: José Alvares Maciel, Francisco de Paula Freire de Andrade, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Luiz Vaz de Toledo Pisa, Domingos de Abreu Vieira, Tomas Antônio Gonzaga, Salvador do Amaral Gurgel, José Aires Gomes, Antônio Oliveira Lopes, Vicente Vieira da Mota, João da Costa Rodrigues e Vitoriano Gonçalves Veloso. Ver: Anuário do Museu da Inconfidência. Ministério da Educação e da Saúde. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1952.p.4.

¹⁰⁰ FRAGA, André Barbosa. *Os Heróis da Pátria*, op. cit., p.77.

¹⁰¹ LEMOS, Carmem Silvia. *Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África*, op. cit., p.206.

Brasil, dois dias após a transferência das urnas para a Catedral, ter divulgado uma nota¹⁰² afirmando que elas ficariam pouco tempo na cidade, porque seriam enviadas a Minas Gerais; logo, a população da capital deveria se apressar para prestigiar os Inconfidentes. Lemos questiona o real significado e alcance desses objetos-símbolo dos heróis pátrios, uma vez que as ossadas permaneceram “esquecidas” no Rio de Janeiro ao longo desse tempo. Cabe refletir sobre os limites da construção simbólica dos heróis nacionais e sobre as circunstâncias em que são resgatados pela narrativa oficial.

Em 1938 as urnas são transportadas de trem da Capital Federal para a cidade de Ouro Preto, o “esquecimento” se transforma novamente em cortejo e celebrações cívicas que mobiliza a imprensa, parte da intelectualidade mineira e brasileira, e a população. Ao transferir as urnas para a Igreja Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto, o presidente Getúlio Vargas se aproxima dos setores políticos mineiros e populares apelando para a narrativa nacional. As urnas foram transportadas por alunas de escolas locais, que seguiram em fila a pé até a Igreja, em uma espécie de procissão. Em seu discurso depois da viagem e do cortejo pelas principais ruas históricas da cidade de Ouro Preto, Vargas procura relacionar o seu governo ao projeto libertário e unificador da consciência nacional dos Inconfidentes:

Para dignificar os esforços dos pioneiros da Nacionalidade cumpre persistirmos nas diretrizes que eles nos apontaram: - evitar os grandes choques, impedir a fragmentação do país, colocar invariavelmente a Pátria grande acima das preocupações regionalistas, acompanhando-lhe o poderio crescente sem comprometer os dias futuros com aventuras ideológicas ou exageros doutrinários.

[...]

Em oportunidade como esta, honrando e reverenciando a memória dos que sofreram pela Nacionalidade nos seus primórdios, demonstramos quanto é enraizado os nossos velhos pendores de sadio nacionalismo, bem diferente dos nativismos agressivos e imperialismo de moda¹⁰³.

Os elementos simbólicos foram estimulados a todo instante para exaltar o governo e a construção simbólica da nação promovida pelo Estado. A Inconfidência Mineira é alçada a monumento nacional, uma vez que o movimento teria desempenhado um papel pioneiro no processo de independência do país, sinônimo do “nacionalismo sadio” conforme a narrativa oficial. No interior da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, “os despojos foram cobertos com bandeiras nacionais e colocados no centro da Igreja, onde foi colocada

¹⁰² “De volta ao solo pátrio”. *Jornal do Brasil*, terça-feira, 29 de dezembro de 1936.p.8.

¹⁰³ RACIOPPI *apud* LEMOS, Carmem Silvia. *Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África, op. cit.*, p. 209.

uma eça coberta pela bandeira dos inconfidentes”¹⁰⁴, conforme notícia no *Estado de Minas* de 16 de julho de 1938. O jornal dos Diários Associados em Minas Gerais pela análise das fontes foi o que menos focalizou, no processo de repatriamento, a figura de Vargas como líder político que sempre ganhava destaque na narrativa do periódico, assim como os encontros políticos das diversas viagens oficiais do presidente. Tratava-se de um periódico mais voltado para questões políticas e institucionais, diferentemente, por exemplo, do *Diário da Tarde* dos Diários Associados, considerado “mais popular”¹⁰⁵.

O governo de Vargas preocupou-se com a edificação de um lugar para o descanso dos brasileiros que voltavam do exílio em África. Caberia, dessa forma, à cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, palco da Inconfidência Mineira, receber os restos mortais por meio da construção de um lugar de memória à altura do papel atribuído revoltosos mineiros na formação da Nação. Era preciso, portanto, construir um espaço na cidade que evocasse o movimento de 1789, um lugar digno ao culto da memória dos Inconfidentes.

O processo de panteonização: de conspiradores a heróis nacionais

As urnas contendo as cinzas e ossadas depositadas na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto, só deixam a Igreja após quatro anos. O Decreto-lei nº 965, de 20 de dezembro de 1938, é assinado criando o Museu da Inconfidência. O antigo prédio da Casa de Câmara e cadeia de Vila Rica passa por obras para a edificação do Panteão dos Inconfidentes, que receberia os despojos dos daqueles heróis que morreram no exílio, além de prestar homenagem cívica aos indivíduos que integraram o movimento.

O prédio construído em 1785 pelo governador da Capitania de Minas Gerais, capitão Luís da Cunha Meneses representava a personificação do poder régio na região das Minas Gerais, construído em espaço privilegiado da cidade para demonstrar a opulência do poder metropolitano sobre a colônia. Em 1862 a câmara deixa definitivamente o prédio que passa a funcionar como prisão do Estado, o prédio sofre adaptações para se transformar em penitenciária estadual no início do século XX. Em 1938, o prédio é doado para União pelo governador de Minas Gerais Benedito Valadares, e a penitenciária estadual transferida para o Município de Ribeirão das Neves. O ato foi formalizado pelo Decreto-lei nº 965, que estabelecia a criação do Museu naquele edifício, transformando o espaço para abrigar os despojos dos revoltosos, com a “finalidade de colecionar as coisas da natureza, relacionadas

¹⁰⁴ “O Sr. Getúlio Vargas entregou a Ouro Preto as cinzas dos inconfidentes”. *Estado de Minas*, sábado, 16 de julho de 1938.p.1.

¹⁰⁵ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. 4º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.p. 222.

com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas e bem assim as obras de arte ou de valor histórico que constituem documentos expressivos da formação de Minas Gerais”¹⁰⁶. No entanto, as obras de adaptação do prédio só foram iniciadas em 1940.

O coração da cidade de Ouro Preto abriga o Museu da Inconfidência, localizado na Praça Tiradentes. As ruas da cidade histórica, monumento nacional, evocam o movimento de 1789. A ressignificação do espaço no qual se localiza o Museu integrava-se à política cultural do governo Vargas que legitimava certa concepção ideológica de nação sacralizada por meio da materialização de determinada memória histórica.

A memória histórica da Inconfidência Mineira passa, portanto por um processo de cristalização¹⁰⁷, com a criação do Museu, demarcando simbolicamente o espaço urbano da cidade de Ouro Preto. Janice da Costa, em sua tese *Ensinando a ser cidadão*, examina a criação do Museu da Inconfidência, em 1938, até a sua transformação em Museu Nacional, em 1990. Argumenta que os lugares de memória idealizados pelo Estado procuram propagar determinadas “culturas cívicas” e a necessidade de “comemoração da memória nacional”. Analisa também, a participação do público e sua relação com o lugar, uma vez que o Museu poderia e deveria fornecer os elementos necessários para a informação e a formação do público. Costa sustenta que a definição do espaço para abrigar os despojos dos Inconfidentes, data de julho de 1936:

Antes mesmo que a expedição organizada por Augusto de Lima Júnior pisasse o solo africano, o lugar que abrigaria as cinzas dos inconfidentes já havia sido escolhido. A partir daquele momento, como o próprio plano de reformas anuncia, esse lugar passava a ser destinado a abrigar o “Pantheon” dos Inconfidentes e, por essa razão, sofreria modificações que tornariam tal lugar digno para desempenhar essa nova função. O lugar de descanso dos “Heróis” nacionais seria, assim, construído no interior de um edifício planejado para ser monumento desde a sua concepção¹⁰⁸.

A escolha da antiga Casa de Câmara e Cadeia dialogava com os trabalhos desenvolvidos pelo SPHAN no país, principalmente na cidade de Ouro Preto, naquele momento considerada síntese do patrimônio histórico nacional nos grupos intelectuais. O prédio no alto do Morro de Santa Quitéria na Praça Tiradentes era um “tipo representante da arquitetura que se desejava preservar e identificar como patrimônio histórico nacional, e reafirmar sua condição de monumento pode ser entendido como um passo importante nessa

¹⁰⁶ MOURÃO, Rui. *O Museu da Inconfidência*. São Paulo: Banco Safra, 1995. p. 14.

¹⁰⁷ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

¹⁰⁸ COSTA, Janice Pereira da. *Ensinando a ser cidadão: Memória Nacional, História e Poder no Museu da Inconfidência (1938-1990)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.p.72.

busca por sua proteção”¹⁰⁹. Logo, a preservação do edifício reconhecido como monumento histórico e artístico representava a transmissão para a posterioridade dos valores nacionais construídos àquela altura. A preservação das paredes erguidas no século XVIII visava, assim, a proteção da materialização da memória história da Inconfidência Mineira. Neste sentido, no decorrer da década de 1930, os círculos intelectuais que integravam o governo discutiam a criação de espaços para a exaltação da memória histórica do movimento¹¹⁰. A reforma do edifício foi efetuada para abrigar o Panteão dos Inconfidentes, espaço reservado no interior do edifício para abrigar os conspiradores de 1789, decisão explicitamente mencionada no Decreto nº 144 de dezembro de 1938, assinado pelo então governador de Minas Gerais. O Panteão era composto por 14 lápides funerárias, sendo 13 ocupadas pelos despojos repatriados da África; uma, permaneceria vazia para representar os corpos dos Inconfidentes que não foram encontrados.

As notícias acerca do contexto internacional tomavam conta dos noticiários do período. O desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial dominava as páginas dos periódicos. Observa-se nesse momento, em função do conflito internacional, menos destaque para o movimento de 1789, sobretudo ao processo de panteonização dos Inconfidentes. Em artigo publicado em 1941, assinado por Assis Memória no *Jornal do Brasil*, a cidade de Ouro Preto e o panteão são descritos da seguinte maneira:

Era a celebre Vila Rica dos capitães-mores, centro da plutocracia rural, metrópole opulenta das eras da mineração, o coração e a cabeça das Minas Gerais do tempo colonial. Permanecendo um decênio naquele trecho sagrado da Pátria – arquivo precioso de reminiscências gratas à Fé e ao civismo – não me fartei de visitar os testemunhos vivos, eloquentes de tantos feitos, que os nossos anais registram, de tantos episódios, que as nossas crônicas rememoram. [...] A Casa dos Contos, a Casa dos inconfidentes, a Casa dos Governadores, a residência de Marília, ruas com os chafarizes encimados de inscrições em latim clássico; templos seculares, por onde passou em traços indelévelis, o buril do Aleijadinho; todo um mundo de lembranças despertando a uma simples evocação histórica; e, aí, está, num resumo inexpressivo, o que é a cidade-museu, a cidade-santuário. Nada, porém, me impressionou mais singularmente, ali, do que a Penitenciária, aquela Bastilha Lúgubre, aquele aljube autentico, encravado, por um contraste chocante.

[...]

Da masmorra mineira surgiu a glória de suas vitimas ilustres. Já agora, a Penitenciária lúgubre sublimou-se a um templo de civismo. Não é mais um túmulo é um panteão. Não é mais um cárcere, porque é o símbolo augusto da própria liberdade. Bela ideia, essa¹¹¹!

¹⁰⁹ *Idem.*

¹¹⁰ “O Instituto Histórico propõe a construção de um arco de triunfo em honra de Tiradentes”. *Jornal do Brasil*, sábado, 2 de maio de 1936. p.18.

¹¹¹ “Penitenciária- Panteão”. *Jornal do Brasil*, sexta-feira 14 de fevereiro de 1941. p. 5.

A cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica é considerada como testemunho vivo da história, porque todas as ruas e edifícios, de alguma forma, evocavam-na. Relatos como esse são recorrentes, procurando sempre valorizar a cidade em virtude de sua autenticidade arquitetônica e histórica. A descrição da Penitenciária também é destacada, realçando a transformação do espaço que passaria a abrigar o panteão dos Inconfidentes, monumento de sua consagração cívica. O prédio é descrito como um espaço tenebroso, transformado em um templo de civismo pelo governo que o assume, portanto, como símbolo da liberdade.

Neste sentido, a inauguração do Panteão dos Inconfidentes em 21 de abril de 1942 foi realizada no feriado nacional, ratificando, portanto, a preocupação do governo com as datas cívicas, sobretudo o dia de Tiradentes. A escolha da data coincidia com o 150º da sentença conferida contra os réus da Inconfidência. O panteão também seria uma forma de proporcionar um enterro simbólico digno a Tiradentes, o herói nacional mais aclamado na época, que encontrava lugar de destaque na narrativa oficial. O ato imortalizava os conspiradores, não apenas pela construção do espaço material que buscava exaltar os “heróis nacionais”, como pela recorrente visitação e rememoração desses mortos, pelo prosseguimento das obras que levariam a construção do Museu.

Assim, de acordo com aqueles dois atos, do governo mineiro e da República, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi encarregado pelo ministro Gustavo Capanema, das obras de restauração e adaptação do antigo prédio da Penitenciária as novas finalidades, trabalho esse que levou vários anos, desde aquela até fins do ano passado, tendo sido então inaugurado, no 150º aniversário da Inconfidência, o mausoléu dos inconfidentes, o primeiro dos importantes trabalhos a ser terminado, e onde foram colocados os restos dos heróis brasileiros para tal fim trazidos da África.

O núcleo inicial desse patrimônio, de tanta expressão histórica, foi construído por preciosa doação de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana, que transferiu ao Museu da Inconfidência os valiosos objetos que estavam conservados na sede da Cúria daquele Arcebispo de Minas¹¹².

Grande parte do acervo do museu foi construída por doação. Os objetos que de alguma forma faziam referência aos sediciosos de 1789, ou até mesmo ao século XVIII de uma forma geral, foram musealizados e passaram a compor o acervo histórico da Nação. O Museu da Inconfidência é oficialmente inaugurado em 11 de agosto de 1944, por ocasião do bicentenário do nascimento do poeta inconfidente Tomas Antônio Gonzaga e pela cooperação das autoridades municipais, estaduais, federais e eclesiásticas; sob a direção do historiador

¹¹² “Museu da Inconfidência. Será inaugurado na próxima sexta-feira, em Ouro preto”. Correio da Manhã, quarta-feira, 9 de agosto de 1944. p. 2.

Raymundo Trindade¹¹³. É interessante destacar que Augusto de Lima Júnior responsável pelo processo de repatriamento dos restos mortais dos Inconfidentes não foi convidado para a cerimônia de inauguração do Museu, assim como para a cerimônia na Capela em Ouro Preto na qual ficaram repousadas as urnas, fato relatado com certo ressentimento no apêndice do seu livro *História da Inconfidência de Minas Gerais*¹¹⁴. Entre os que compareceram à sessão solene de inauguração figuravam políticos, parte da burocracia estatal e intelectuais, sobretudo, mineiros¹¹⁵.

Leandro Benedini Brusadin em seu livro *História, turismo e Patrimônio Cultural*, analisa o poder simbólico atribuído ao Museu da Inconfidência no imaginário social, pensando essa relação por meio das questões interdisciplinares entre os campos da História e do Turismo. Brusadin realça o papel educativo em torno da constituição do patrimônio histórico nacional, sobretudo do Museu da inconfidência relacionando-o ao turismo. Desta forma, “o patrimônio não existe sem o público que lhe confere as suas tradições e o seu poder simbólico”¹¹⁶. O público legitimou as tradições inventadas no Governo Vargas, perpetuando certo imaginário sobre a memória histórica do movimento de 1789 na contemporaneidade. O museu, erguido nos anos 1940, consolidou os interesses dos intelectuais mineiros e do próprio governo central. A construção do consenso sobre determinada memória histórica do movimento e a maneira como o movimento se cristalizou não seria possível sem a articulação bem sucedida entre o projeto do governo e as aspirações do público. É importante destacar também o papel do imaginário social no consenso em relação ao Panteão que acabou por representar uma forma eficaz de atender a esta necessidade, uma vez que era um símbolo presente no imaginário coletivo daquela sociedade. Cabe lembrar, neste sentido, as palavras de Bronislaw Baczko: “os símbolos só são eficazes quando assentam numa comunidade de imaginação. Se esta não existe, eles têm a tendência a desaparecer da vida coletiva, ou então, a serem reduzidos a funções puramente decorativas”¹¹⁷.

¹¹³ Raimundo Otávio da Trindade (1883-1962) foi um sacerdote da Igreja Católica, cônego do Cabido da Catedral de Mariana, historiador mineiro e o primeiro diretor do Museu da Inconfidência em Ouro Preto, Minas Gerais.

¹¹⁴ LIMA JÚNIOR, Augusto. *História da Inconfidência de Minas Gerais*, op. cit., p.195.

¹¹⁵ Estavam na cerimônia: Revdmo. Sr. D. Helvécio Gomes de Oliveira, Arcebispo de Mariana; Dr. Lucas Lopes, Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais; Dr. Washington de Araujo Dias, Prefeito Municipal de Ouro Preto; Dr. Alcindo Sodré, Diretor do Museu Imperial; Raymundo Trindade, diretor do Museu da Inconfidência; Gustavo Capanema; e Rodrigo de Mello Franco de Andrade, diretor do SPHAN. Ata da sessão solene de inauguração do Museu da Inconfidência. Documento consultado em: Anuário do Museu da Inconfidência. Ministério da Educação e da Saúde. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto: Museu da inconfidência, 1952. p. 7

¹¹⁶ BRUSADIN, Leandro Benedini. *História, turismo e patrimônio cultural*, op. cit., p.222.

¹¹⁷ BACZKO apud BRUSADIN, Leandro Benedini. *História, turismo e patrimônio cultural*, op. cit., p.135.

A criação do Museu da Inconfidência dessa forma alcançou repercussão nacional, correspondendo às demandas de alguns grupos de forjar um imaginário social, principalmente dos intelectuais que integravam o SPHAN, em especial os arquitetos modernistas, respondendo as reivindicações de resgate do passado colonial mineiro, representando, portanto, uma concepção do ideal deste grupo no estabelecimento de uma dada consciência nacional com a vinculação aos valores do passado em forma de uma fusão cultural brasileira. Brusadin afirma ainda que o Museu da Inconfidência “significou uma mudança de rumos na política do SPHAN, até aquele momento ocupada exclusivamente com o legado arquitetônico e urbanístico”¹¹⁸. A partir da musealização da memória histórica do movimento de 1789, a instituição se afirmava frente ao processo de materialização da memória histórica nacional.

O processo de panteonização reúne diversos interesses da sociedade brasileira do período. Atende aos anseios do governo central, às propostas da intelectualidade mineira e brasileira, assim como as da sociedade civil que legitima a memória histórica do movimento, cristalizada no acolhimento dos restos mortais dos conspiradores. O Panteão, portanto, mais do que um lugar de descanso para os heróis nacionais, constitui-se em um espaço sagrado para a materialização da memória histórica por meio de um altar da pátria.

¹¹⁸ BRUSADIN, Leandro Beneditini. *História, turismo e patrimônio cultural*, op. cit., p.145.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entrar em qualquer órgão público do Estado em Minas Gerais é possível perceber referências à memória histórica da Inconfidência Mineira, tão presente na retórica regional e nacional. Certos aspectos do passado brasileiro estão presentes no imaginário popular, fruto de esforços de diferentes governos em fortalecer a memória oficial. Desta forma, a memória histórica pode ser compreendida como um processo de disputa e de elaboração que procura atender às demandas presentes na sociedade.

Procuramos demonstrar neste trabalho, embora com as limitações inerentes a uma monografia, a materialização da memória história da Inconfidência Mineira no primeiro governo Vargas, a partir da análise do processo de repatriamento dos despojos dos Inconfidentes, conforme matérias publicadas na imprensa ao longo dos anos 1930-40. O governo Vargas constitui um período importante para se compreender a reafirmação do movimento mineiro no imaginário nacional, uma vez que àquela altura as práticas governamentais procuraram cristalizar determinados eventos e personagens que contribuísem para a consolidação do Estado e da Nação, ambos em processos complexos de mudança. Neste sentido, os mortos de 1789 são “ressuscitados”, pela atribuição a eles de certos valores simbólicos que se projetariam no tempo, articulando passado e presente em torno de um ideal coletivo, a nação brasileira. Desta forma, “a valorização dos vestígios e a preocupação em torná-los testemunhas para a posteridade foram estratégias no sentido de estabelecer elos com um momento originário, que tinha sido rompido e transformado”¹¹⁹.

Desse ponto de vista, o momento originário da Pátria é imaginado no Brasil colonial, por isso a valorização do século XVIII pelos intelectuais mineiros e brasileiros, principalmente os intelectuais modernistas. O passado brasileiro em meados de 1930-40 foi reinterpretado, cristalizado e preservado, atendendo as demandas do governo e de parte da intelectualidade. O presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo, em busca de legitimação, valoriza rituais cívicos, símbolos e o nacionalismo, inspirado de certa forma no contexto internacional. Seu governo foi “capaz de reunir as condições para implementação e consolidação das práticas de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, demarcando a gênese da noção de ‘patrimônio nacional’ como parte integrante do processo de formação do Estado e da nação”¹²⁰.

Por meio da análise do *Jornal do Brasil*, do *Correio da Manhã* e do *Estado de Minas*, entre 1936 a 1944, podemos observar a valorização da Inconfidência Mineira, considerada

¹¹⁹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*, op. cit., p.394.

¹²⁰ *Ibid.*, p.391.

naquele momento um dos maiores, senão o maior episódio da história brasileira; o dever cívico atribuído àquela geração em proporcionar um descanso digno aos heróis da Pátria que permaneciam em terras estrangeiras; e a exaltação da materialização do movimento de 1789, como pela criação do Panteão dos Inconfidentes e posteriormente do Museu da Inconfidência em 1944.

Dessa maneira, qualquer iniciativa que valorizasse o movimento alcançava certa repercussão nos jornais, assim como era instigada pela retórica política. A memória histórica do movimento, portanto era extremamente reconhecida. O Estado Novo se posicionava na qualidade de realizador do processo que levou ao repatriamento dos restos mortais dos Inconfidentes, desconsiderando os que já se encontravam em território nacional, depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Não encontramos nenhuma menção nos jornais examinados nesta pesquisa sobre as ossadas localizadas em Cacheu, no continente africano e enviadas para o Brasil, depois da assinatura do Decreto nº 756-A que oficializa o processo de repatriamento em 21 de abril de 1936. O governo procura dessa forma se afirmar como promotor do resgate dos brasileiros que morreram no exílio, concedendo um espaço digno ao papel atribuído aos Inconfidentes para a formação da Nação. A Casa de Câmara e Cadeia, símbolo do poder e da opressão lusitana na colônia em Ouro Preto, é ressignificada, recebendo o Panteão dos Inconfidentes, espécie de altar da pátria, e pela construção do Museu da Inconfidência, no edifício, cristalizando a memória histórica da Inconfidência Mineira.

REFERÊNCIAS

Fontes

Periódicos

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. De 1932-1944.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. De 1932-1944.

Estado de Minas, Belo Horizonte, MG, Brasil. De 1932-1944.

Anuário do Museu da Inconfidência. Ministério da Educação e da Saúde. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1952.

Sites

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes>> Acesso em: 25 mai. 2018.

<<http://www.museus.gov.br/ossadas-de-inconfidentes-sao-identificadas/>> Acesso em: 19 jun. 2017.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Nelson S. *Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008-1/Imprensa%20e%20Poder%20nos%20anos%201930.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2018.

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio*. Imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

_____. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

BRUSADIN, Leandro Benedini. *História, turismo e patrimônio cultural: o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social/ Leandro Benedini Brusadin*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação*.

Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catoga.pdf>> Acesso em: 24 abr. 2018.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

COSTA, Janice Pereira da. *Ensinando a ser cidadão: Memória Nacional, História e Poder no Museu da Inconfidência (1938-1990)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

FERREIRA, Camila Kézia Ribeiro. *A polêmica como patrimônio: Augusto de Lima Júnior e a Revista de História e Arte nos embates da política patrimonial (1930-1966)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. 2014.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Da infâmia ao Altar da Pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FRAGA, André Barbosa. *Os Heróis da Pátria: política cultural e História do Brasil no Governo Vargas*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Coleção Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 535-549.

LEMOS, Carmem Silvia. *Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África*. Oficina da Inconfidência. Ouro Preto, Ano 2, No. 1 p. 195-221, dez. 2001.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História da Inconfidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte; Editora Itatiaia, 1996.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da materialização à Legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do estado: 1920-1945*. Rio de Janeiro: Luserna: FAPERJ, 2002.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MOURÃO, Rui. *O Museu da Inconfidência*. São Paulo: Banco Safra, 1995.

_____. *A nova realidade do Museu*. Ouro Preto: MINC-IPHAN, Museu da Inconfidência, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Monica; GOMES, Ângela de Castro (Orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.110.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória, História e Patrimônio Cultural: notas para um debate. In: *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck, 1911-1999. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.